



**Estudo sobre a
viabilidade de constituição
de um Fundo Feminista
no Nordeste do Brasil**



Estudo sobre a viabilidade de constituição de um Fundo Feminista no Nordeste do Brasil

APOIO



REALIZAÇÃO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
PARTE I – ORGANIZAÇÕES, REDES E MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES NO NORDESTE.....	13
Objetivos e Metodologia.....	14
Breve Histórico e contexto dos movimentos e principais organizações feministas na região Nordeste.....	17
O movimento feminista popular do Nordeste: Autonomia e Auto-organização como caminho.....	22
Alguns dados econômicos e sociais sobre as mulheres do Nordeste.....	29
Perfil das Organizações entrevistadas para o estudo.....	33
O financiamento do movimento feminista popular do Nordeste.....	36
Fundo Feminista do Nordeste: Território como palavra-chave.....	44
PARTE II – FUNDOS E O FINANCIAMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA DO NORDESTE.....	46
Financiamento das Organizações de Mulheres e Agenda de Justiça de Gênero.....	48
O lugar dos fundos “intermediários”.....	53
Fundos de apoio a organizações da sociedade civil com atuação no Brasil.....	54
Sustentabilidade dos fundos.....	59
Perspectivas para Criação de Um Fundo Feminista no Nordeste.....	65
Comentários Finais.....	69
ANEXOS.....	70
ANEXO I: ROTEIRO DE REFERÊNCIA PARA ENTREVISTAS – FUNDOS.....	70
ANEXO II: ROTEIRO DE REFERÊNCIA PARA ENTREVISTAS – MOVIMENTOS.....	71

ANEXO III: LISTA DE FUNDOS E REDES DE FUNDOS.....	73
ANEXO IV: LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS - FUNDOS.....	75
ANEXO V: LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS - MOVIMENTOS.....	77

APRESENTAÇÃO



Diante da agudização das desigualdades produzidas pela complexa e contraditória imbricação das relações sociais de sexo/gênero, raça e classe social, aprofundadas neste contexto de avanço do fundamentalismo religioso e extrema direita na Europa, América do Norte e, sobretudo Brasil, com fortes impactos negativos na sustentabilidade dos movimentos e organizações feministas antirracista, em especial na região Nordeste, um conjunto desses sujeitos que lutam por transformação, defendendo bens comuns e radicalização da democracia, sentiu a necessidade de construir um diálogo para pensar novas estratégias coletivas capazes de enfrentar esse contexto.

Nessa ocasião, estava em curso uma iniciativa de diálogo com organizações feministas em Pernambuco, dessa vez, articulada pelo Fundo Feminista Canadense (Equality Fund) e suas contra-partes no estado. Todavia, sensíveis à fragilização do campo feminista antirracista, aceitaram não somente ampliar o escopo de sua própria proposta de diálogo, abarcando possíveis elaborações de estratégias, como as sujeitas participantes dessa elaboração, no mesmo território. Então, integraram esses diálogos iniciais, organizações e movimentos feministas e de mulheres negras de alcance local, regional e nacional: Casa da Mulher do Nordeste, Coletivo Mulher Vida, Grupo Curumim Geração e Parto, SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Rede Nacional de Feministas Anti-proibicionistas.

Assim nosso intento se tornou possível. Iniciou-se na cidade de Recife/Pernambuco, um diálogo que se propunha a ser apenas inicial, situacional de nossa condição atual e, sem nenhuma pretensão, portanto, de ser exaustivo. Delimitamos como objetivo inicial analisar juntas, a partir de nossas próprias experiências, as dificuldades enfrentadas para garantir nossa sustentabilidade político-financeira frente ao contexto de descredibilização, criminalização e, sobretudo, redução dos recursos oriundos da cooperação internacional e, de maneira específica (e histórica), de redução para o Nordeste brasileiro.

Importante lembrar que a região Nordeste é marcada historicamente pela forte presença de movimentos sociais, em especial feministas, com ampla diversidade e atuação em diferentes campos de luta. Basta considerar as ações político programáticas de movimentos como o MMTR - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, as associações e depois, Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas, a ANP - Articulação Nacional de Pescadoras, Fóruns de Mulheres, Redes de Mulheres Negras e toda a gama de movimentações realizadas a partir da ação organizada das mulheres

negras, periféricas e as diversas organizações feministas na luta contra o patriarcado, racismo e capitalismo, em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, da economia feminista, da agroecologia, do trabalho justo e igualitário e pela justiça ambiental.

Por outro lado, essa região é um território histórico de exploração, opressão, desapossamento e abandono por parte das políticas protetivas do Estado brasileiro. Ela se inscreve no mapa nacional, ainda hoje, como a região mais empobrecida e desigual do país em todos os indicadores sociais, não sendo à toa ser profundamente marcada por processos de racialização, além de subjugação e violência das mulheres, em particular, as racializadas, as que vivem de seu trabalho e as acusadas de "dissidentes sexuais".

Por conta disso, o Nordeste brasileiro é carregado de preconceitos e estigmas, como lugar de pobreza, de gente ignorante, atrasado, que corroboram para exclusão nas políticas públicas, e nos baixos investimentos econômicos. Essa situação se agrava quando analisamos as condições de sustentabilidade financeira das organizações e movimentos feministas e de mulheres negras no Nordeste, que enfrentam diferentes, mas, profundas dificuldades e vulnerabilidades para realizar suas ações.

Essas vicissitudes que retratam e impactam a região Nordeste parecem, em muitas situações, se reproduzir na mesma lógica e intensidade, sobre as organizações e movimentos feministas antirracistas da região. E nossa resposta a isso é – a precariedade que condiciona nossas formas de existir nos trouxe até aqui e também orienta nossa resistência, única estratégia que nos permite existir nesse jogo de poder contra nós. Todavia, não somos um território ou corpos apenas impactados pela indiferença e abandono do mundo. Somos, sobretudo e apesar de tudo, territórios e corpos de resistência política, de imaginação, de desejos e de direitos. Nós também temos projeto de vida! Nós também somos sujeitos da transformação e, efetivamente, já estamos experimentando-a em meio ao caos que nos foi historicamente imposto pelo sistema racista, patriarcal e capitalista, e é assim que queremos ser enxergadas e ouvidas -.

E foi/é a partir dessa perspectiva e, na intenção propor "portas de saída" à crescente fragilização do campo feminista antirracista na região Nordeste, em particular, que nos propusemos a contribuir com a análise das condições, potencialidades e viabilidades de um Fundo Feminista no Nordeste, que aqui apresentamos em formato de estudo e que conta com o apoio financeiro do Equality Fund.

Com isso, esperamos colaborar para o fortalecimento e a afirmação da luta feminista antirracista no Nordeste, e para ampliação das parcerias e financiadores nacionais e internacionais, com vistas a sustentabilidade desse campo fundamental para a garantia dos direitos, bens comuns e democracia no Brasil, especialmente, para a pluralidade de nós mulheres.

INTRODUÇÃO



Este documento resulta de dois estudos realizados como parte de um esforço articulado de compreensão acerca da viabilidade de constituição de um fundo feminista no Nordeste do Brasil. O primeiro estudo teve como foco o campo das organizações, coletivos e movimentos feministas na região Nordeste e suas demandas e desafios na área de mobilização de recursos para sustentação do seu trabalho de defesa de direitos e da democracia e para transformações estruturais em prol da justiça social, de gênero e raça.

Já a segunda análise foi voltada para os fundos de apoio às organizações atuantes no Brasil, buscando compreender suas especificidades e potencialidades, suas contribuições para o fortalecimento das organizações, e também os desafios que enfrentam para garantir sua própria sustentabilidade.

O estudo foi proposto por iniciativa de um conjunto de organizações feministas com atuação na região Nordeste: Articulação de Mulheres Brasileiras; Casa da Mulher do Nordeste; Coletivo Mulher Vida; Fórum de Mulheres de Pernambuco; Grupo Curumim Gestação e Parto; Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; Rede Nacional de Feminista Antiproibicionista; e SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, contando com o apoio financeiro do *Equality Fund*.

A coleta de dados e as análises foram realizadas em um contexto de intensos debates nos campos da cooperação internacional e da filantropia, com questionamentos ao papel de grandes doadores, suas prioridades e mecanismos para alocação de recursos. Paralelamente, vêm sendo construídas reflexões sobre diferentes formas de canalizar fundos para organizações locais e movimentos no Sul Global, com os fundos intermediários ou "organizações independentes doadoras" ocupando um lugar importante nessas discussões.¹

É importante notar que durante o estudo, surgiram novos elementos no contexto geopolítico mundial que merecem aprofundamento, por seus impactos na sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Entre esses elementos, destaca-se o resultado do processo eleitoral nos Estados Unidos, em 2024, que deu fôlego aos grupos de extrema-direita ao redor do mundo, reforçou a agenda negacionista

¹ A opção pela expressão "organizações independentes doadoras" foi utilizada na publicação da Rede Comuá intitulada *Filantropia que transforma: mapeamento de organizações independentes doadoras para a sociedade civil nas áreas de justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário no Brasil* (2023) para incluir "fundos temáticos, fundos comunitários e fundações comunitárias que atuam no campo da justiça social, mobilizando recursos de fontes diversificadas para doar para a sociedade civil" (p.20). Nesse documento, utilizaremos com maior frequência o termo "fundo intermediário" ou simplesmente "fundo" para maior fluidez do texto e diálogo com outras produções no campo, mesmo compreendendo as implicações políticas envolvidas.

climática, os ataques a direitos de imigrantes e às pautas de gênero e raça, diversidade e inclusão, além de disputas comerciais e tarifárias truculentas. Algumas primeiras medidas tomadas pelo novo governo têm impacto direto no financiamento de organizações da sociedade civil, como a retirada de espaços multilaterais e cortes de recursos para a cooperação internacional. É fundamental acompanhar de perto os desdobramentos desses fatos para subsidiar a tomada de decisão sobre os próximos passos e definição de iniciativas de incidência coletiva, até mesmo porque os impactos irão muito além dos Estados Unidos, alcançando também outros países doadores.

Em publicação de 28 de abril de 2025, a rede Prospera — que reúne fundos de mulheres e feministas, divulgou dados preocupantes levantados junto a 45 de seus membros: 78% dos fundos foram afetados pela redução, suspensão ou descontinuidade de financiamento nos últimos dois anos, com mais de 65 milhões de dólares em perdas confirmadas até o momento. As perspectivas não são animadoras, esperando-se corte de 30%, em média, nos orçamentos para 2026, impactando programas e equipes.²

Esse cenário se soma ao momento atual da conjuntura política e social brasileira, que agrava os desafios organizativos e de sustentação dos movimentos feministas no país, principalmente do Nordeste, onde as desigualdades sociais são aprofundadas historicamente pelas políticas de apagamento e de exploração da região e de seu povo.

A eleição do governo Lula, em 2022, reacendeu a possibilidade de incidir sobre o Estado como garantidor de direitos. No entanto, a crise política iniciada em 2013 segue se reinventando, impondo obstáculos à reconstrução do Estado e à ampliação de políticas públicas e equipamentos sociais. Trata-se de um governo eleito pelo povo, mas ainda refém do mercado e de grupos conservadores.

A crise econômica, aprofundada pela pandemia de Covid-19, ainda não foi superada e apesar dos recentes indicadores econômicos positivos³, a realidade das mulheres pouco mudou. O alto índice de informalidade, a precarização do mercado de trabalho e a inflação nos preços dos alimentos impactam diretamente as condições de subsistência e de organização das mulheres, especificamente na vida das mulheres negras.

Além disso, enfrentamos uma crise climática sem precedentes, com enchentes, secas, desmatamento e avanço de pastagens que comprometem a produção e a sobrevivência nas diferentes realidades no campo e nas cidades. Tudo isso ocorre

² <https://prospera-inwf.org/wp-content/uploads/2025/04/Prospera-The-Quiet-Crisis-report.pdf>.

³ [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/desemprego-de-7-no-1o-trimestre-e-o-menor-ja-registrado-desde-2012#:~:text=O%20recorde%20anterior%20era%20de,quarta%2Dfeira%20\(30\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/desemprego-de-7-no-1o-trimestre-e-o-menor-ja-registrado-desde-2012#:~:text=O%20recorde%20anterior%20era%20de,quarta%2Dfeira%20(30).)

em um contexto de avanço do conservadorismo, que limita ainda mais as possibilidades de transformação social e de garantia de direitos.

Esse contexto se apresenta mais agravado quando olhamos para o Nordeste. A região, historicamente marcada por desigualdades estruturais, sente de forma intensa os efeitos combinados da crise econômica, da precarização do trabalho e da emergência climática. A seca prolongada e os eventos extremos impactam diretamente comunidades rurais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e periferias dos centros urbanos, afetando sobretudo as mulheres, que são as principais responsáveis pela produção de alimentos e pelo cuidado com suas famílias e territórios.

No Nordeste, a força dos movimentos feministas e populares tem sido essencial para garantir a resistência e a construção de alternativas, mas as condições materiais e políticas para essa atuação têm se mostrado cada vez mais desafiadoras. Nesse sentido, este documento deve ser visto como uma etapa inicial de aproximação e diálogo, trazendo elementos para subsidiar o debate acerca da viabilidade de constituição de um fundo feminista na região.

Além dos desafios externos já pontuados, o grande interesse e as expectativas positivas expressas por parte das entrevistadas, mas também tensões que emergiram ao longo da elaboração do estudo, relacionadas tanto a alguns fundos de mulheres já existentes, como a um conjunto de organizações de mulheres negras do Nordeste, alertam para a importância de ampliação do debate, como fatores que podem impactar criticamente as condições de estabelecimento de um possível novo fundo na região.

Na primeira parte do documento, é apresentado o estudo sobre as organizações, coletivos e movimentos feministas no Nordeste. Este estudo tem como objetivo compreender a trajetória, os desafios e as estratégias de resistência dos movimentos feministas populares no Nordeste do Brasil, a partir de uma perspectiva territorializada, autônoma e enraizada nas realidades das mulheres da região. Para isso, a pesquisa está estruturada em diferentes eixos que dialogam entre si: a apresentação dos objetivos e da metodologia utilizada; um breve histórico e contextualização dos movimentos e de organizações feministas nordestinas; uma análise da construção da autonomia e da auto-organização como fundamentos da ação política dos diversos feminismos em diálogo e em construção; o perfil das organizações entrevistadas, que refletem a diversidade e a força dos coletivos regionais; além de dados econômicos e sociais que ajudam a situar as condições de vida das mulheres do Nordeste.

O estudo também investiga os desafios de financiamento enfrentados por esses movimentos, organizações e coletivos, e destaca a atuação de um possível Fundo

Feminista do Nordeste, enfatizando o papel do território como categoria importante e fundamental para a ação organizada das mulheres. Ao articular esses diferentes elementos, a pesquisa busca contribuir com a visibilidade e o fortalecimento das lutas feministas e de mulheres na região, reconhecendo sua potência transformadora e sua capacidade de enfrentar múltiplas formas de opressão.

Na segunda parte, é apresentado o estudo sobre os fundos de apoio a organizações no Brasil. Após traçar um breve panorama sobre o financiamento das organizações de mulheres e da agenda de justiça de gênero e raça, são compartilhadas reflexões sobre o lugar dos fundos intermediários, suas especificidades e elementos relacionados à sua sustentabilidade. Por fim, discutem-se perspectivas para a criação de um fundo feminista no Nordeste.



**PARTE I – ORGANIZAÇÕES,
REDES E MOVIMENTOS
FEMINISTAS E DE
MULHERES NO NORDESTE**

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar trajetórias, o contexto sociopolítico e os desafios da sustentabilidade dos movimentos de mulheres e feministas da região Nordeste do Brasil. Para isso, examinam-se algumas organizações feministas e de mulheres, suas estruturas e capacidades, além de suas atividades e estratégias de construção de ações e lutas na defesa de direitos, da democracia e por transformação social.

Pretende-se compreender o papel desses movimentos e organizações no cenário político e social da região, partindo do micro para o macro, impacto que vai das organizações de bairro às articulações regionais, identificando os desafios enfrentados e as oportunidades que surgem, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade das suas ações e ao financiamento delas. Importante pontuar que este estudo não teve a pretensão de refletir sobre a enorme diversidade de organizações, movimentos e coletivos que atuam no Nordeste brasileiro. Trata-se de uma amostra pequena, em formato de estudo qualitativo, construído a partir de escutas e conversas, traz elementos para o debate e a reflexão coletiva.

Dessa forma, este trabalho busca oferecer uma visão abrangente e crítica das iniciativas feministas e de mulheres no Nordeste, destacando suas contribuições para a luta por igualdade de gênero, raça e justiça social em todo Brasil.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas.

1. Pesquisa Bibliográfica e Documental:

HISTÓRICO E CONTEXTO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS: Foi realizada uma revisão da literatura produzida pelos próprios movimentos, em análises, sínteses e pesquisas de documentos históricos que tratam da importância e construção popular dos movimentos feministas na região Nordeste. Este levantamento incluiu artigos, teses e dissertações, relatórios e pesquisas de ONGs, além de documentos oficiais que abordam o contexto político e social do feminismo na região.

2. Mapeamento das Principais Organizações e Atores:

Foi realizado um levantamento de organizações atuantes nos estados da região Nordeste, a partir do suporte das referências bibliográficas e das entrevistas e diálogos na preparação e realização do estudo. O mapeamento buscou incluir organizações criadas em diferentes momentos, além de atuação e localização, com foco em atores relevantes nas dinâmicas regionais.

Foi traçado um panorama da articulação intra e intermovimentos da região.

3. Entrevistas Semiestruturadas:

Foram realizadas entrevistas com lideranças e representantes de organizações, coletivos, movimentos feministas e de mulheres. As entrevistas tiveram como objetivo coletar informações sobre as **principais** atividades e estratégias adotadas, assim como as percepções das entrevistadas sobre os desafios enfrentados e oportunidades em torno do financiamento das organizações;

As questões abordadas nas entrevistas incluíram temas como o impacto das ações realizadas, os métodos de articulação política, as campanhas de mobilização social e as iniciativas para a sustentabilidade financeira das organizações, coletivos e movimentos.

A listagem das entrevistadas foi construída a partir de diálogo com as instituições proponentes e análise documental de organizações de referência no seu território, seja ele o estado, a cidade ou o bairro. De forma que se buscou garantir a representação de todas as unidades federativas do Nordeste brasileiro, assim como de diferentes campos de ação e atuação: campo-água-cidade; mulheres negras; mulheres indígenas; mulheres quilombolas; juventude; organizações e coletivos de pequeno e médio porte; além de diferentes formatos de organização: coletivos, ONGs, movimentos, articulações e redes.

Com o objetivo de contemplar essas representações e considerando as limitações de pesquisa como tempo e recursos, foram propostas 12 entrevistas iniciais. Já no início da pesquisa foi destacada a necessidade de escuta das oito organizações proponentes e de maior representatividade de alguns grupos. Participaram da pesquisa 26 movimentos, coletivos, organizações feministas e de mulheres que contemplam todo o território do

Nordeste. E outras sete representantes de organizações foram convidadas para participar da pesquisa. Dessas, algumas entrevistas não foram realizadas por incompatibilidade de agendas, e outras representantes não aceitaram fazer parte do estudo.

4. Análise de Contexto Político e Estratégias:

A análise de contexto inclui um estudo dos principais eventos políticos e momentos históricos que impactaram no surgimento, ampliação e articulação do movimento feminista na região Nordeste. Foram consideradas tanto políticas locais quanto influências de âmbito nacional que tenham afetado as atividades e estratégias das organizações.

Foi realizada uma análise crítica das estratégias adotadas pelas organizações feministas, observando como elas se adaptaram às mudanças no cenário político, econômico e social.

5. Identificação de Desafios e Oportunidades:

Os desafios enfrentados pelas organizações feministas, especialmente aqueles relacionados à sustentabilidade financeira, foram examinados por meio de análise documental e entrevistas. De forma que foram analisados aspectos como a captação de recursos, a diversificação de fontes de financiamento, as parcerias institucionais e as práticas de gestão, governança, além de transparência e prestação de contas.

Além disso, a pesquisa buscou identificar oportunidades de fortalecimento para essas organizações, considerando o atual contexto sócio político-econômico das políticas públicas, a presença de redes de apoio e o surgimento de novas formas de financiamento, como financiamento coletivo e parcerias com o setor privado.

6. Análise de Dados e Apresentação de Resultados:

Os dados coletados foram analisados, tendo sido categorizadas informações relevantes sobre cada tópico estudado. A partir dessas análises, foram elaborados dados e pontos de referência sobre os resultados obtidos.

Os resultados foram discutidos à luz da literatura existente, com destaque para as contribuições do movimento feminista na região Nordeste, considerando os desafios enfrentados e as possíveis soluções para a sustentabilidade e continuidade dessas iniciativas.

Com essa metodologia, o estudo pretendeu fornecer uma análise ampla e crítica da atuação do movimento feminista na região, a partir da lente da sustentabilidade do ativismo e das ações realizadas, visando contribuir para o debate e reflexão de organizações e movimentos feministas e de mulheres do Nordeste brasileiro.

BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO DOS MOVIMENTOS E PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS NA REGIÃO NORDESTE

Embora este estudo não se proponha a realizar um histórico profundo e detalhado dos movimentos, organizações e coletivos feministas e de mulheres no Brasil e na região Nordeste, é importante destacar alguns processos e ciclos, bem como construções desse campo, realizados nos últimos 40 anos. Esse período marca historicamente o surgimento e a articulação de muitas organizações e movimentos feministas e de mulheres que até os dias atuais são referências para as gerações mais novas de movimentos e organizações que surgiram nos anos mais recentes. Esse breve resgate histórico considera o contexto histórico e político do surgimento dessas organizações que formularam e enriqueceram as forças e lutas sociais dos movimentos sociais do Brasil.

De forma a estruturar e organizar os limites do objeto desse estudo, consideramos a definição de movimento feminista tal qual “processo constituído por um conjunto de formas organizativas e mobilizações sociais, sejam ciclos de protesto ou outras ações coletivas amplas de incidência pública, realizada por mulheres”⁴. Importante também conceitualizar sobre as terminologias de movimentos de mulheres e movimentos feministas, como se fossem distintas em si. Não são, e segundo Silva.C (2016):

“O movimento feminista é uma parte do movimento de mulheres, ou seja, congrega as organizações e manifestações cujas participantes assim se identificam,...., adoção de uma perspectiva crítica radial à situação social das mulheres...”.

Nesse sentido, este estudo contemplará os dois campos organizativos, de mulheres e feministas, compreendendo que são parte dos movimentos sociais que lutam pelos direitos e pela vida das mulheres, respeitando as diversas perspectivas e identidades que contemplam esse campo (redes, coletivos, movimentos, fóruns, articulações, etc.) e suas diversas formas organizativas (juridicamente formalizadas – com CNPJ e organizações sem personalidade jurídica).

⁴ Feminismo Popular e Lutas Antissistêmicas. Carmen S. M. Silva. SOS Corpo, 2016.

O século XX foi marcado por intensa efervescência política e profundas mudanças estruturais no Brasil, um processo que se estende para o século XXI, impactado pela revolução digital, o avanço do neoliberalismo e crises globais de diferentes dimensões — políticas, econômicas, climáticas ou uma combinação delas em um tempo histórico acelerado e hiperconectado.

No entanto, para estabelecer uma linha cronológica relevante para este estudo, foi essencial focar nos processos de organização social contra o regime ditatorial que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, culminando em uma forte mobilização popular na elaboração da Constituição de 1988, com o movimento Diretas Já (1983/84) e a intensa incidência feminista realizada pelo Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, criado em 1985. Este período é um marco na estruturação da organização dos movimentos sociais no Brasil, evidenciado pela criação de importantes entidades, como o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984, dentre outros.

É nesse mesmo período e contexto que, no campo feminista e da luta pelos direitos das mulheres, surgiram as primeiras organizações marcadas pela luta contra o regime ditatorial e pelo debate feminista que estava em pleno vapor no Ocidente, com a data histórica da Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU⁵, realizada na Cidade do México, em 1975. Organizações como Sempreviva, Organização Feminista (SOF, 1963), Rede Mulher de Educação (1980), Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA, 1981), o SOS Mulher (1981), o Coletivo de Mulheres Negras, em São Paulo (1983), e o Geledés – Instituto da Mulher Negra (1988).

No Nordeste, diversas organizações também foram fundadas nesse período, como o coletivo Ação Mulher (1980), a Casa da Mulher do Nordeste (1980), o SOS Corpo – Grupo de Saúde da Mulher (1981) depois se tornando o SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR, 1984), o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (1988), a Associação das Empregadas Domésticas do Recife (1979) que, em 1988, repercutiu na fundação do Sindicato dos/as Trabalhadores/as Domésticos/as da Região Metropolitana do Recife, a sua atuação foi ampliada e o sindicato passou a se organizar de forma estadual, sendo nomeado Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco (SINDOMESTICA).

No âmbito internacional, após o processo de Conferência Mundial da Mulher realizado em 1975, no México, aconteceu a Convenção para a Eliminação de Todas as

⁵ https://www-un-org.translate.google/en/conferences/women/mexico-city1975?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=wa.

Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)⁶, em 1979, em Nova York, que impulsionou o debate e as demandas feministas nos Estados-nação. E, em âmbito nacional, foi criado, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, que desempenhou um papel fundamental na articulação das feministas no processo da Constituinte de 1988, movimento que ficou conhecido como *Lobby do Batom*⁷.

Concomitante, no âmbito da organização social do feminismo, se tem os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe (EFLACs)⁸, realizados a partir de 1981, e os Encontros Nacionais Feministas⁹, iniciados em 1979, em Fortaleza-CE, com destaque para o 9º Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns-PE em 1987 e o Encontro Nacional Feminista, em João Pessoa-PB, em 2000.

Esses momentos e eventos proporcionaram intensa e potente articulação local, nacional e internacional, permitindo uma troca significativa de experiências e o fortalecimento do movimento feminista em um país de dimensões continentais como o Brasil, nessa díade de desafio e potência ao mesmo tempo. Esse período demarcou o surgimento de inúmeros e diversos coletivos e organizações que construíram, atuaram, demandaram e transformaram as relações do campo social vigente naquele momento histórico e que desaguam e afloram até os dias atuais.

A abertura democrática e a intensa participação social na Constituinte de 1988 impulsionaram mais ainda a estruturação de movimentos e organizações sociais feministas. Na década de 1990, sucederam-se importantes marcos de Conferências da ONU sobre os Direitos das Mulheres, com destaque para Cairo (1994), que estabeleceu princípios sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; Beijing (1995), que é um marco histórico no avanço e constituição de proposituras dos direitos das mulheres; e Durban (2001), que promoveu o debate para reconhecer e combater o racismo e a discriminação em todo o mundo.

Esse ciclo de Conferências impulsionou diversos debates preparatórios, que mobilizaram pessoas e organizações para atuação em rede, com o objetivo de avançar nos tratados internacionais, ter a incidência política como estratégia de tornar visível ao mundo a luta pelos direitos das mulheres e contra todas as formas de violência e discriminação.

A partir dessas mobilizações e do momento histórico, surgiram várias iniciativas importantes, como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB, 1995), a Rede Fe-

⁶ <https://www.onumulheres.org.br/noticias/45-anos-da-cedaw-cinco-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-convencao-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-as-mulheres/>.

⁷ https://www.canalcurta.tv.br/filme/?name=lobby_do_batom.

⁸ <https://www.politize.com.br/eflac-encontros-feministas-da-america-latina/>.

⁹ <https://www.memoriaemovimentossociais.com.br/?q=pt-br/imagens/377&page=2>.

¹⁰ https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1979.php?iframe=1_o_enf_fortaleza_ce.

ministra de Saúde e Direitos Reprodutivos (1991), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 1993), além de Organizações Não Governamentais — as ONGs—, como o Grupo Curumim Gestação e Parto (1989), o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA, 1989), o Coletivo Mulher Vida (1991), CRIOLA (1992), dentre tantas outras que surgiram e fortaleceram as estruturas dos movimentos sociais.

Já nos anos 2000, destacam-se a criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), da Marcha das Margaridas e da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Na sequência, o Movimento de Mulheres Camponesas (2004) e a Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras (2005), dentre outras.

Esse período marca também o início dos governos do Partido dos Trabalhadores: 2003 a 2010, governos Lula; 2011 a 2016, governo Dilma, que enfrentou um processo de impedimento definido pelos movimentos feministas como um golpe parlamentar patriarcal e misógino, um golpe contra todas as mulheres; e, 2023, o atual e terceiro governo Lula. A partir do primeiro governo Lula, com a instituição da então Secretaria Nacional de Direitos das Mulheres (SPM), foram realizadas, a partir de 2004, as Conferências Nacionais de Direitos das Mulheres¹¹, que foram e ainda são espaços de intensa articulação e participação das organizações na construção de políticas públicas.

Apesar da rica trajetória do feminismo no Brasil, os acontecimentos políticos e sociais da última década desempenharam um papel decisivo na transformação dos movimentos sociais, em especial dos movimentos de mulheres e feministas.

Em 2013, as Jornadas de Junho marcaram o início de um ciclo de mobilizações populares que provocou uma fissura profunda no pacto social e político estabelecido desde a redemocratização. Esse processo culminou no golpe jurídico-parlamentar-midiático contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e, posteriormente, na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, configurando um cenário político e social de grande complexidade.

Paralelamente, emergiam novas formas de articulação feminista, muitas delas catalisadas pelo uso da internet. Em 2014, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas¹². No ano seguinte, em 2015, ganhou força a chamada Primavera Feminista¹³ e foi realizada a histórica Marcha das Mulheres Negras¹⁴, que reuniu mais de 50 mil participantes em Brasília - DF.

¹¹ As Conferências Nacionais dos Direitos das Mulheres foram realizadas em: 2004, 2007, 2011, 2016, e a próxima será realizada em 2025.

¹² <https://kn.org.br/oq/2014/05/26/i-encontro-nacional-de-mulheres-quilombolas/>.

¹³ <https://jornalistaslivres.org/por-todas-elas-o-florescer-da-primavera-feminista/>.

¹⁴ <https://amn.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/>.<https://marchadasmulheresnegras.com.br/>.

Já em 2019 e em 2021 foram realizadas a 1ª e a 2ª Marcha de Mulheres Indígenas¹⁵, respectivamente, com a terceira programada para agosto de 2025, consolidando um novo ciclo de mobilizações protagonizadas por mulheres de diferentes origens e territórios. A segunda edição da Marcha das Mulheres Negras está prevista para novembro de 2025, reforçando a continuidade e a potência dessas articulações. Outra importante ação organizada e protagonizada pelas mulheres no Nordeste é a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que acontece no Polo da Borborema, no estado da Paraíba, e que já está em sua 16ª edição mobilizando mulheres de vários estados do Nordeste, e que, nos últimos quatro anos, vem pautando o impacto negativo dos mega projetos de energia renovável nos modos de vida nos seus territórios.

Nos anos que se seguiram, seja nas datas de luta ou na resistência frente aos ataques constantes à democracia, o movimento de mulheres e feminista estiveram na linha de frente em todos os momentos: contra o golpe à Presidente Dilma Rousseff (2016), enfrentando o governo Temer (2016-2018), contra a Reforma Trabalhista (2017), contra o governo de Bolsonaro — desde a inundação das ruas com o #EleNão¹⁶, contra a Reforma da Previdência (2019), e denunciando todo o projeto que ignorou uma pandemia mundial e desmontou inúmeras políticas públicas sociais. As mulheres organizadas lutaram em defesa da vida e pelo direito à democracia, criando inúmeras redes de solidariedade durante a pandemia da Covid-19 e, nas eleições de 2022, a organização das mulheres nas ruas, bairros e cidades impediu a reeleição de um governo de extrema-direita.

Este panorama revela a enorme riqueza e força da estrutura organizativa do feminismo no Brasil — um campo diverso, intenso e profundamente enraizado nos territórios, transformando-se em potência por todo o país.

A seguir, destacamos como a organização dos movimentos feministas e de mulheres no Nordeste tem sido capaz de se manter ativa e de sustentar lutas por transformação social e defesa de direitos em seus territórios.

Não se trata aqui de estabelecer comparações críticas entre regiões ou hierarquizar formas de atuação, mas sim de evidenciar os impactos das desigualdades regionais no acesso a recursos e na garantia de sustentabilidade das organizações feministas nordestinas.

Essas desigualdades não são meras circunstâncias: elas fazem parte de um projeto político de poder que se perpetua desde o período colonial e que continua presen-

¹⁵ <https://cimi.org.br/2019/08/mulheres-em-luta-as-principais-pautas-da-1a-marcha-das-mulheres-indigenas/>.

¹⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>.

te nos dias atuais, por meio de políticas públicas historicamente insuficientes para enfrentar processos estruturantes como o racismo, especialmente nas regiões mais vulnerabilizadas, como o Nordeste.

O MOVIMENTO FEMINISTA POPULAR DO NORDESTE: AUTONOMIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO COMO CAMINHO

A região Nordeste é historicamente reconhecida por sua grande capacidade de organização social e atuação militante nas lutas por direitos — um processo impulsionado por uma realidade marcada por profundas e estruturais desigualdades socioeconômicas em relação às demais regiões do Brasil.

Nesse contexto, os movimentos e organizações feministas e de mulheres do Nordeste reafirmam essa capacidade por meio de uma atuação diversa, marcada por estratégias de enfrentamento às desigualdades de gênero, raça, classe e território.

As ações desses movimentos têm sido fundamentais para a promoção e a defesa dos direitos das mulheres, além de contribuírem significativamente para a ampliação do debate sobre questões de gênero e raça, especialmente nas áreas rurais, periféricas e entre populações negras e indígenas. Trata-se de ações processuais, enraizadas nos contextos locais, que se fortalecem e se entrelaçam por meio de redes e articulações regionais, ampliando a capacidade de enfrentamento das realidades vividas cotidianamente.

A seguir, apresentamos as principais linhas de ação e os processos de luta estruturados pelos movimentos e organizações feministas atuantes na região.

1. Foco nas Interseccionalidades – as múltiplas formas de desigualdade

Uma característica marcante dos movimentos feministas no Nordeste é o enfoque interseccional, a partir da compreensão de que as opressões de gênero estão profundamente entrelaçadas com as opressões de raça, classe e território. Segundo Pereira (2021)¹⁷, o termo e conceito "interseccionalidade" surge como "crítica do feminismo negro à tendência a se abordar raça e gênero como categorias mutua-

¹⁷ Bruna Cristina Jaqueto,em: Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade.

mente exclusivas de experiência e análise." Isso se reflete na atuação de organizações da região, que estruturam suas ações e linhas de atuação contra o racismo, o patriarcado e o sistema capitalista de exploração. Esses elementos se somam às pautas de coletivos de mulheres indígenas e quilombolas, que abordam questões de identidade cultural e direitos territoriais, ou coletivos de juventude e coletivos LGBTQIAPN+.

2. Território – o lugar do viver

Para elaboração deste tópico, foi utilizado como principal referência o livro "Mulheres Negras e Populares do Norte e Nordeste: experiências que se entrelaçam" (CESE, SOS corpo, 2018), o qual diz:

"Assumimos o conceito mais largo de território: o conceito de lugar do viver, mas lugar no qual a ação dos grupos populacionais, na história, cria um contexto próprio. **Território é um lugar-contexto com história, heranças, cultura, memórias coletivas, espaço físico, fruto das relações sociais ali estabelecidas ao longo do tempo.** Os territórios contêm e expressam hoje os conflitos de classe, raça e sexo, e as lutas do passado que o formaram e o estruturaram, mas também **contêm e expressam os conflitos e correlação de forças políticas do presente que delimitam e potencializam o viver das mulheres e o agir de suas organizações nesse tempo-lugar**, seja no campo, seja na cidade. Adotamos ainda a ideia feminista de CORPO como TERRITÓRIO, território onde nossa vida vive, marcado histórica e socialmente, **nosso corpo é nosso primeiro território.**"

Essa reflexão revela a especificidade da relação corpo-luta-território das mulheres nordestinas, que, com uma capacidade específica de analisar o cenário e a situação da concretude da vida, expressa na capacidade de se auto-organizar e promover autorreflexão. Esse processo reforça a construção de argumentos para desvelar uma realidade que é insistentemente invisibilizada pelos governos, mídia e sociedade como um todo. É a partir desse contexto político e social que a elaboração de ferramentas e estratégias se potencializa na busca por situar a realidade prática da vida das mulheres, seja no campo, nas periferias dos grandes centros, nas águas ou no sertão.

3. Atuação em Áreas Rurais e Urbanas

Os movimentos feministas do Nordeste possuem uma forte presença tanto nas áreas rurais quanto urbanas. No meio rural, organizações como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

do Estado de Pernambuco (FETAPE), Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), dentre outras, que têm sido essenciais para garantir o acesso a direitos, como a titularidade da terra, a água e o reconhecimento do trabalho agrícola das mulheres. Essas organizações atuam promovendo a agroecologia, a segurança e soberania alimentar e nutricional, e a autonomia das mulheres no campo, combatendo tanto a violência doméstica quanto a violência institucional e as causadas pelos megaprojetos de desenvolvimento extrativista em seus territórios.

É com essa vertente política que a luta pelo acesso e garantia das águas, das sementes nativas e da preservação do meio ambiente da agroecologia também é pilar de luta frente ao capitalismo predatório, que avança na devastação do meio ambiente e altera cotidianamente a relação corpo-território. A maior dificuldade no acesso a serviços e equipamentos públicos nas áreas rurais precariza ainda mais a condição de subsistência e sobrevivência em um ambiente que enfrenta cada vez mais e mais condições climáticas adversas.

A perspectiva do *racismo ambiental* traz relação intrínseca com as lutas perpetradas por esses grupos. Definida por Araújo (2024)¹⁸ como

"exploração intensiva da vida e dos recursos naturais, que é distribuído territorialmente de forma desigual, onerando principalmente a população negra e sua relação com as lutas, a cura e a história ancestral das religiões de matrizes africanas, da população negra e periférica no Brasil".

Conceitua, assim, a relação vivida por essas populações que são, em sua maioria, negras, e que dependem da relação com a terra para sua auto-organização e resistência histórica e ancestral. Não por acaso, é na luta pela terra que a expropriação de comunidades, histórias e sobrevivência é uma das principais marcas recentes dos movimentos sociais.

É a partir dessa perspectiva que também as mulheres denunciam como as mudanças climáticas afetam principalmente as mulheres negras, como no caso da crise do Zika vírus que teve como o epicentro a região do Nordeste¹⁹ e as principais afetadas foram as mulheres negras das periferias e das áreas rurais, com impactos sentidos até os dias de hoje. Somente em 2025, o governo federal reconheceu a necessidade de apoio para famílias vítimas do Zika vírus²⁰.

¹⁸ ILF Araújo, em: Racismo ambiental, mineração e saúde mental da população negra.

¹⁹ Síndrome congênita do Zika Vírus: um olhar a partir de atores nordestinos.

²⁰ <https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/governo-federal-dara-apoio-financeiro-as-criancas-nascidas-vitimas-do-virus-zika#:~:text=O%20governo%20federal%20vai%20assegurar,valor%20de%20R%24%2060%20mil>.

Nas áreas urbanas, especialmente nas periferias, os movimentos feministas têm se organizado de forma contundente para enfrentar a violência de gênero, a precariedade no acesso a serviços públicos e a criminalização dos corpos negros e periféricos. É no espaço urbano que centenas de coletivos atuam diretamente nas comunidades, promovendo formação política, articulando redes de apoio e refletindo sobre a cidade que as mulheres precisam e desejam. Esses coletivos, enraizados na realidade local, são fundamentais para a promoção de debates e ações que visam transformar o cotidiano urbano sob uma perspectiva de justiça social e equidade de gênero e raça.

É na força e na resistência desses movimentos que se consolidam lutas por direitos fundamentais nas cidades — pelo acesso digno à saúde, à educação, ao trabalho, à água e à moradia. As áreas urbanas, marcadas por desigualdades históricas, tornam-se também território de reivindicação e construção de alternativas e práticas de agricultura urbana de base agroecológica.

Nessas disputas, as mulheres periféricas protagonizam transformações concretas, reafirmando o direito à cidade como espaço de pertencimento, cidadania e dignidade.

4. Mobilização e Participação Política

Os movimentos feministas do Nordeste têm uma forte capacidade de mobilização social e participação política. A região é protagonista em manifestações constantes, que reúnem milhares de mulheres em atos contra o machismo, o racismo e as políticas neoliberais que agravam as desigualdades sociais. As mobilizações das mulheres nordestinas remontam a décadas de luta contra a fome e contra a exploração — a exemplo das mulheres nas frentes de emergência no sertão do Pajeú, o que teve muito reforço e poder de articulação com a amplificação do feminismo na esfera pública, principalmente com os ciclos das Conferências da ONU já citadas, que colocaram as demandas das mulheres na agenda pública nacional e regional.

Dessa forma, os movimentos feministas e de mulheres desempenham papel importante em espaços de formulação e na incidência das políticas públicas. São realizadas ações junto aos poderes públicos e à sociedade civil de diversas formas: passeatas, marchas, campanhas, ativismo, atos, tribunais populares de mulheres, audiências públicas etc., para debater e demandar equipamentos públicos ou impedir a aprovação de projetos de lei que cerceiem ainda mais os direitos das mulheres.

Como participação política, além de atuarem cotidianamente na vida política do território, constroem estratégias de ampliação de candidaturas e de mulheres eleitas nas câmaras legislativas, espaços demarcados pelo patriarcado e racismo, onde o machismo e a violência política de gênero são ferramentas de impedimento de maior participação das mulheres no debate político.

5. Educação Popular e Formação Política

A educação popular é uma das principais estratégias na organização e atuação dos movimentos feministas do Nordeste. Os movimentos e organizações realizam oficinas, debates, cursos e rodas de conversa de forma contínua nas cidades, bairros e comunidades com o objetivo de fortalecer a consciência crítica e, pela elaboração do saber, promover o fortalecimento de autonomia e da organização. Essas atividades são voltadas para temas como feminismo, patriarcado, racismo, direitos das mulheres, violência de gênero, políticas públicas, economia solidária, ecofeminismo e agroecologia e convivência com o Semiárido, entre outros.

Ao construir conhecimentos enraizados na diversidade e nas experiências concretas das mulheres, a educação popular torna-se um instrumento potente de resistência e transformação social. Produzida coletivamente pelos movimentos sociais, ela reflete as realidades materiais vividas cotidianamente e disputa o sentido da vida real nas cidades. Essa pedagogia crítica confronta, de forma cada vez mais incisiva, o avanço do fundamentalismo religioso, que se infiltra em diferentes territórios e instâncias de poder. Como afirma o SOS Corpo (2020)²¹, esse fundamentalismo “alcançou as esferas mais altas de poder, e tem projeto político, de raízes coloniais, que destrói a diversidade cultural e subjuga mulheres.” Nesse cenário, a educação popular se posiciona como um campo de luta estratégica na defesa da autonomia, da pluralidade e da dignidade das mulheres em todo o país.

A formação política também é uma prioridade, com programas de formação para lideranças de mulheres, visando ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, tanto nos espaços públicos quanto na construção e sustentação dos movimentos. Como exemplo, a campanha *Eu voto em Negra*²², que tem como objetivo aumentar a representatividade de mulheres negras na política no território na região nordestina.

²¹ https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Para-onde-vamos-Feminismo-como-movimento-social-SOSCorpo_WEB-DEZ2.pdf.

²² <http://euvotoemnegra.com.br/#o-projeto>.

6. Apoio e Solidariedade em Redes e Coletivos

A atuação em rede é uma característica essencial do movimento feminista no Nordeste. Coletivos, ONGs e movimentos trabalham de forma articulada, trocando experiências e somando recursos para enfrentar desafios comuns. Organizações locais atuam com redes e plataformas de articulação regional, conectando grupos feministas e também movimentos mistos, como Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), de diferentes estados, ampliando a capacidade de mobilização e incidência política. Importante destacar a experiência da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, criada em 2014, com a Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico. A Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste surge a partir de uma experiência de várias organizações não governamentais e movimentos de mulheres rurais. A iniciativa oferecia formações de fortalecimento das práticas agroecológicas dessas organizações na região Nordeste, dentre outras pautas.

Essas redes são fundamentais, como foi visto na pandemia de Covid-19²³, quando se impulsionaram em ações de solidariedade que atuaram na linha de frente da assistência emergencial, organizando campanhas de arrecadação de alimentos, produtos de higiene e apoio financeiro para mulheres em situação de vulnerabilidade.

A solidariedade como prática política do feminismo se expressa de diferentes formas. Desde formas mais diretas de subsistência, como a doação de recursos e cestas básicas nos territórios — prática muito marcante no período da pandemia e que continua atualmente no cenário de crise e de empobrecimento — até formas organizadas em rede para garantir apoio e acolhimento às mulheres vítimas de violência, por exemplo. Nesse sentido, os movimentos estruturam condições de apoio em todas as fases: desde a denúncia junto ao poder público, o auxílio para encontrar um ambiente seguro até suporte para se recolocar no mercado de trabalho e ter condições de refazer sua vida com autonomia. A rede celebrou 10 anos de atuação na região Nordeste em 2024.

7. Uso da Comunicação Popular

A comunicação como ação política dos movimentos sociais é uma estratégia fundamental de mobilização e fortalecimento da formação política. Os movimentos feministas utilizam e exploram a criatividade em cada canto da região, fazendo da

²³ <https://soscorpo.org/?p=14100>.

comunicação uma ferramenta que impulsiona a ação política feminista e que está presente no cotidiano dessas organizações. São lambes, zines, programas de rádio populares, folhetos e tantas outras formas diversas de se comunicar em um mundo em que o acesso à comunicação é desigual e excludente.

Nos últimos anos, com o avanço das redes sociais, os movimentos feministas e de mulheres intensificaram o uso dessas plataformas e de outras ferramentas digitais para amplificar suas vozes e mobilizar a sociedade. A Primavera Feminista²⁴, que emergiu em 2015, foi um exemplo marcante de como as feministas utilizaram a internet para organizar protestos e campanhas contra o retrocesso de direitos. Plataformas digitais como Instagram, Facebook e X (antigo Twitter) são utilizadas para divulgar denúncias, campanhas de mobilização e conscientização, eventos, além de criar redes de apoio e solidariedade²⁵.

Inclusive, os movimentos também avançam na reflexão sobre o papel atual da comunicação, a revolução tecnológica e seus impactos — tanto positivos quanto negativos — na sociedade. O uso e controle das plataformas digitais pelo campo conservador²⁶ têm possibilitado a disseminação de desinformação e a mobilização de grupos sociais que amplificam todas as formas de violência. Nesse contexto, as redes sociais tornaram-se uma arena de disputa de valores, com ferramentas e possibilidades profundamente desiguais. As organizações de mulheres, por sua vez, buscam também nesse espaço construir resistência e exercer uma voz ativa, ainda que em condições muito desiguais.

Os movimentos feministas do Nordeste atuam de forma multifacetada, abordando as especificidades locais e as múltiplas opressões que afetam as mulheres na região. Com um enfoque interseccional e um compromisso com a justiça social e ambiental, esses movimentos desempenham um papel crucial na luta pela igualdade de gênero e raça, enfrentando desafios como a violência, a desigualdade econômica e o racismo estrutural. Por meio de mobilizações, *advocacy*, educação popular e redes de apoio, o feminismo nordestino continua a se fortalecer e a expandir seu alcance, consolidando-se como uma força transformadora no cenário social e político do Brasil.

²⁴ https://brasil.eipais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html.

²⁵ <https://www.mujeresdelsur-afm.org/cartilha-feminista-para-refletir-sobre-o-mundo-digital-a-partir-do-ativismo/>.

²⁶ <https://apublica.org/nota/meta-se-alinha-a-trump-mira-justica-latina-e-facilita-fake-news-sob-bandeira-anticensura/>.

ALGUNS DADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS SOBRE AS MULHERES DO NORDESTE

Esta seção dedica-se a apresentar alguns principais dados atualizados acerca da desigualdade social e econômica que afeta as mulheres do Nordeste brasileiro. Os dados foram coletados pelo Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM, 2025)²⁷, elaborado pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, do Ministério das Mulheres, e no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça²⁸ (2024), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA).

Trabalho, Previdência e Cuidado: os principais indicadores de participação no mercado de trabalho e de acesso à renda são: a taxa de participação — proporção da população de 14 anos ou mais que está ocupada ou desocupada — e a taxa de desocupação — percentual de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. Quanto à taxa de participação, **constata-se** que "regionalmente, as mulheres apresentaram taxa de participação menor nas Regiões Nordeste (43,5%) e Norte (48,3%), esta taxa alcançou 58,8% na Região Centro-Oeste." (RASEAM, 2025). Mantêm-se as disparidades quanto à taxa de desocupação, em que "a desocupação entre mulheres era maior no Nordeste (11,6%) e menor no Sul (5,6%)" (RASEAM, 2025).

As mulheres nordestinas enfrentam altos índices de informalidade no mercado de trabalho, chegando a mais de 52% do Nordeste. No Sudeste, essa taxa é de cerca de 36%, e no Sul, menos de 30%. Dessa forma, as mulheres são as que têm menor acesso à seguridade social. De acordo com o Retrato das Desigualdades, as mulheres negras do Nordeste têm a menor proteção previdenciária e continuam sendo as mais vulneráveis. Em 2022, mais de um quinto (21,2%) das mulheres negras ocupadas não tinha condições de contribuir para a Previdência, enquanto apenas 6,8% dos homens brancos estavam nessa situação.

Os dados sobre o uso do tempo mantêm-se constantes na desigualdade entre homens e mulheres, em que as mulheres dedicam o dobro do tempo aos afazeres domésticos e aos cuidados com filhos, pessoas idosas e/ou deficiência. Para esse indicador, reforçam-se as desigualdades raciais e regionais: com menor acesso ao mercado de trabalho e menores condições de nele permanecer, **as mulheres negras da região Nordeste** estão mais sobrecarregadas com as demandas de cuidado. Esses dados apontam que "um marcador das desigualdades de raça e de gênero é a pobreza de tempo, isto é, a escassez de tempo para as diversas ativi-

²⁷ <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/view>.

²⁸ <https://www.ipea.gov.br/retrato/>.

dades necessárias para a sustentação da vida. A pobreza de tempo é acentuada pela desigualdade de acesso a recursos (dinheiro, tecnologias, infraestrutura, entre outros), que aprofundam o tempo necessário para a realização das atividades necessárias à reprodução da vida" (MADE, 2025)²⁹.

Autonomia econômica e pobreza: nesse sentido, são as mulheres, sobretudo as mulheres negras, do Norte e Nordeste as mais afetadas pela pobreza extrema no Brasil. Em comparação com outras regiões, as mulheres do Nordeste têm rendimento médio inferior e estão mais concentradas em setores de baixa remuneração, como serviços domésticos e agricultura familiar.

"Em 2023, quase 60,0% dos domicílios com pessoa responsável mulher tinham rendimento domiciliar per capita de até um salário-mínimo (58,6%). Nos domicílios chefiados por homens, este percentual era de 46,0%. Naqueles domicílios com chefe mulher preta ou parda, quase 70,0% tinham rendimento domiciliar de até um salário-mínimo per capita. Entre chefes mulheres brancas, proporção menor estava nas primeiras faixas de renda (43,8% até 1 SM)." (RASEAN, 2025).

Dessa forma, a vulnerabilidade é agravada por condições de trabalho precárias e pela falta de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades de gênero e raça.

Educação: apesar de melhorias nos níveis de escolaridade das últimas décadas, ainda há grande lacuna educacional, principalmente quando se usa a lente das desigualdades regionais. As mulheres nordestinas, especialmente as negras e indígenas, têm menor acesso a cursos de educação técnica e superior.

"Mulheres pretas ou pardas a partir dos 50 anos têm taxas de alfabetização consideravelmente mais baixas que as brancas: na faixa de 50 a 59 anos, as mulheres brancas são, em 97% dos casos, alfabetizadas ao passo que, entre pretas ou pardas, a taxa é de 90,4%. Chegando no grupo das mulheres menos alfabetizadas – as de 70 anos ou mais – e cruzando com cor ou raça, a taxa de alfabetização de mulheres pretas ou pardas é de somente 68,8%." (RASEAN, 2025).

Esse cenário se reflete nas oportunidades de emprego e nas condições econômicas, perpetuando ciclos de pobreza e vulnerabilidade. A intersecção dos indicadores revela as dificuldades de as mulheres acessarem e se manterem nos estudos, com evasão escolar provocada pelo trabalho de cuidado, seja por gravidez precoce ou pela dinâmica de cuidados com pessoas mais velhas da família. O que se

²⁹ <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/pesquisas-de-uso-do-tempo-o-que-sao-e-sua-urgencia-para-o-brasil-2/>.

denomina como "geração que não estuda e nem trabalha" é, na verdade, a geração que, por falta de aparelhos do Estado, é designada aos cuidados de outras pessoas, sem acesso à renda, à previdência e sem as condições básicas de se manter nos estudos.

Saúde Integral: a saúde integral das mulheres é um direito fundamental, conquistado com muita luta, principalmente no processo de democratização e universalização do Sistema Único de Saúde (SUS). Programas como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAIMS, 1984) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAIMS, 2004) concretizam ações na defesa e promoção da saúde das mulheres nas últimas décadas, com recortes de regionalidade, raça, etnia e território.

Embora, nas últimas décadas, tenha havido avanços em leis e programas de saúde para as mulheres, os indicadores ainda estão distantes dos parâmetros dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como no caso da razão de Mortalidade Materna, em que: "O Nordeste registrou RMM de 55,9. O Centro-Oeste do país obteve uma Razão de 53,1. No Sudeste, foram registradas 46,9 mortes de mães para cada 100 mil nascidos vivos. O Sul apresentou o menor número, com 36,1." E também no número de casos sobre violência obstétrica, recorrentes tanto nos serviços públicos de saúde quanto nos privados. "As mulheres negras, por exemplo, têm 50% menos chances de receber anestesia durante as episiotomias"³⁰ (GELEDÉS, 2024), e "mulheres negras possuem 62% maior razão de chance de terem pré-natal inadequado, 23% de falta de vinculação à maternidade, 67% de ausência de acompanhante no parto e 33% de peregrinação anteparto." (Santana, 2024)³¹.

Além disso, entre 2013 e 2023, foram registrados mais de 232 mil nascimentos em que as mães eram meninas de até 14 anos de idade. Houve queda constante de registros ao longo desses dez anos; contudo, a gravidez em meninas nessa faixa etária no Brasil é uma questão preocupante. "Em 2023, 11,9 % dos nascimentos no Brasil ocorreram entre mães com essa faixa etária. Embora tenha havido uma redução em relação aos períodos anteriores, o percentual permanece consternador, especialmente nas Regiões Norte (19,4%) e Nordeste (14,4%), que continuam a concentrar os índices mais altos."

Violência: a violência contra as mulheres é uma realidade alarmante em todo o território nacional, afetando mulheres de diferentes perfis. No entanto, quando analisados os recortes regionais e raciais, evidencia-se um cenário ainda mais crítico.

³⁰ <https://www.geledes.org.br/violencia-obstetrica-contra-negras-apontada-por-geledes-e-tema-na-onu>.

³¹ AT Santana, em: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil.

Mulheres negras do Nordeste enfrentam um risco significativamente maior de serem vítimas de homicídio do que mulheres brancas da mesma região, revelando a intersecção entre racismo estrutural, desigualdade de gênero e exclusão territorial.

Preocupante é a situação das mulheres rurais — invisibilizadas, em sua maioria, nos dados das pesquisas — e a ausência de políticas públicas, com destaque para a falta de rede de proteção às que vivenciam diferentes formas de violência em seus territórios.

Em 2023, foram registrados mais de 300 mil casos de violência doméstica, sexual e outras formas de agressão contra mulheres foram registrados no Brasil — desses, mais de 56 mil ocorreram no Nordeste. A ausência do Estado, tanto na oferta de equipamentos públicos de proteção quanto na promoção de campanhas de conscientização, agrava o problema. Sem políticas eficazes, a violência se mantém no ambiente privado, longe da visibilidade pública e com ainda menos possibilidades de responsabilização dos agressores. Como destaca a RASEAN, “dos registros de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% foram contra mulheres pretas e pardas, enquanto 37,5% contra mulheres brancas”. Esses dados escancararam a sobreposição de vulnerabilidades que atinge as mulheres negras, consequência direta de desigualdades históricas de caráter racial e socioeconômico.

As mulheres negras do Nordeste também denunciam que a violência estatal, por meio do aparato policial e militar, avança cada vez mais com o genocídio da juventude negra, principalmente nas periferias dos grandes centros. “Em 2022, a vitimização de pessoas negras – soma de pretos e pardos – em registros de homicídios correspondeu a 76,5% do total de homicídios registrados no país. Totalizando 35.531 vítimas.” Ao analisar os dez estados com maior taxa de homicídios registrados de negros, seis deles são do Nordeste, sendo a Bahia com a maior taxa (51,6%); “o estado do Alagoas apresenta o maior risco relativo de uma pessoa negra ser vítima de violência letal.³² (Atlas da Violência, 2024).

Os dados apresentados, entre tantos outros, revelam o agravamento das desigualdades socioeconômicas regionais no Brasil, mantendo o Nordeste em desvantagem em relação às regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, com índices de desenvolvimento humano e social marcadamente mais baixos. Apesar da implementação de políticas públicas e programas sociais nas últimas décadas — muitos deles voltados prioritariamente para a região —, o cenário de desigualdade persiste. O empobrecimento das mulheres — sobretudo das mulheres negras — continua a ser uma realidade estrutural, agravada pela precarização das condições de vida da

³² <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratodosmunicipiosbrasileros.pdf>.

juventude, que enfrenta sérias barreiras para acessar empregos formais e oportunidades dignas. Soma-se a isso a fragilidade dos sistemas de seguridade social e a incapacidade do Estado de conter as múltiplas formas de violência que atingem, de maneira desproporcional, mulheres e jovens negros.

Diante desse quadro, o fortalecimento da organização social e política dos movimentos populares se mostra indispensável. É por meio da articulação coletiva e da incidência qualificada que se torna possível pressionar o Estado para garantir a ampliação de políticas públicas robustas, integradas e territorializadas, que enfrentem a discriminação estrutural e promovam justiça de gênero, raça e classe. Para transformar as condições de vida das mulheres do Nordeste, é necessário investir em estratégias de longo prazo que articulem combate à violência, geração de trabalho e renda, a agroecologia, acesso à saúde, educação, água e moradia, e garantia de direitos reprodutivos. Essas ações devem considerar as especificidades territoriais e culturais da região, respeitando a autonomia dos povos e comunidades locais, e priorizando o protagonismo das mulheres nas decisões políticas. Somente com políticas estruturais e sustentáveis será possível reverter os indicadores sociais negativos e promover uma mudança real na qualidade de vida da população do Nordeste.

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS

Representação Territorial e Política

O presente estudo contou com a participação de 26 organizações — formadas por coletivos, redes, articulações, movimentos sociais e organizações da sociedade civil — que representaram, de forma expressiva, a diversidade política, étnica, territorial e identitária presente na região Nordeste do Brasil. As entrevistas contemplaram representações de todos os nove estados da região, com destaque para a presença de movimentos feministas nacionais com forte enraizamento e atuação nas comunidades locais nordestinas.

A amostra do estudo reflete ampla representatividade territorial e de agendas de luta. Participaram organizações de abrangência nacional com atuação destacada no Nordeste, e também foram ouvidas organizações de base, com atuação local e regional, reforçando o compromisso com a escuta de vozes diversas.

- ◆ • Movimentos Feministas Nacionais, com forte atuação no Nordeste;
- ◆ • Organizações de Mulheres Negras;
- ◆ • Organizações de Mulheres do Campo e das Águas;
- ◆ • Organizações de Mulheres Indígenas;
- ◆ • Organizações Quilombolas;
- ◆ • Organizações de Juventudes.

Trajetória e Tempo de Atuação

A diversidade temporal das organizações evidencia o acúmulo histórico e a renovação das lutas feministas no Nordeste. A distribuição por ano de fundação é a seguinte:

- ◆ • Fundadas antes de 1990 – 6 organizações;
- ◆ • Entre 1991 e 2000 – 5 organizações;
- ◆ • Entre 2001 e 2010 – 6 organizações;
- ◆ • Entre 2011 e 2025 – 9 organizações.

Formalização Institucional

A formalização legal não é condição predominante entre as organizações entrevistadas, revelando estratégias alternativas de existência e resistência institucional:

- ◆ • **16 organizações** (62% das participantes do estudo) não possuem personalidade jurídica: movimentos, redes, coletivos, articulações;
- ◆ • **10 organizações** (38%) possuem personalidade jurídica (CNPJ).

Fontes de Financiamento

As estratégias de acesso a financiamento dessas organizações revelam as dificuldades que exigem criatividade; a solidariedade e a precariedade marcam a sustentação do ativismo feminista na região:

- ◆ • Editais de pequenos projetos (até R\$ 50 mil) – 19 organizações;
- ◆ • Parcerias com associações, sindicatos, ONGs e poder público local – 19 organizações;
- ◆ • Editais de cooperação internacional – 7 organizações;

- Parcerias com universidades – 3 organizações;
- Autofinanciamento por meio de bazares, rifas, feiras e ações solidárias, serviços – todas as 26 organizações;
- Editais governamentais e emendas parlamentares – 4 organizações;
- Apenas 9 organizações acessaram e acessam financiamentos que apoiam projetos institucionais;
- 15 organizações não possuem financiamentos que remunerem suas equipes.

Expectativas em Relação à Criação de um Fundo Feminista do Nordeste

A totalidade das organizações manifestou apoio e entusiasmo diante do estudo de viabilidade e da própria criação de um Fundo Feminista do Nordeste, destacando a relevância dessa iniciativa para o fortalecimento do ativismo regional.

Entre os argumentos e expectativas levantados, destacam-se:

- Reconhecimento de que o Nordeste é a região mais desigual do país, mas também a mais organizada politicamente;
- Potencial para enfrentar as desigualdades históricas com foco territorial;
- Importância para garantir a continuidade das ações e mobilizações feministas;
- Contribuição para a democratização do financiamento ao movimento feminista no Brasil;
- Valorização da autonomia dos territórios e respeito às especificidades locais;
- Estratégia essencial para o fortalecimento político do movimento feminista e popular nordestino;
- Reconhecimento de que os movimentos da região desenvolvem análises críticas e coerentes com a realidade concreta do território;
- Possibilidade de avançar em formas mais sustentáveis e autônomas de organização.

A partir dessa escuta ativa e territorializada, torna-se evidente a urgência de mecanismos de apoio financeiro que reconheçam, respeitem e potencializem o protagonismo das mulheres e dos coletivos do Nordeste brasileiro na construção de justiça social e equidade de gênero e raça.

O FINANCIAMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA POPULAR DO NORDESTE

Neste capítulo, são abordados os principais desafios e dificuldades para a sustentabilidade das organizações feministas, desde as condições de acesso a recursos e financiamento até questões relacionadas à dinâmica dos financiamentos, sua temporalidade e limitações.

Nesse sentido, é possível afirmar que o financiamento dos movimentos feministas populares no Nordeste reflete os desafios e estratégias específicas adotadas para garantir a sustentabilidade dessas iniciativas. Os movimentos, organizações e coletivos do Nordeste enfrentam dificuldades significativas e distintas para obter e manter recursos financeiros, tanto em função do volume reduzido de recursos disponíveis pela filantropia quanto em razão do desmonte cada vez maior de políticas públicas e da precarização da vida.

As fontes de financiamento para esses movimentos incluem editais de agências nacionais e internacionais, doações individuais e parcerias com instituições voltadas à justiça social e à igualdade de gênero. Por exemplo, fundos como o Fundo Brasil de Direitos Humanos³³ e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço³⁴ (CESE) têm desempenhado papel relevante, lançando editais de apoio a projetos de resistência, com foco em direitos das mulheres rurais e justiça climática, temas cruciais para a região Nordeste. O Fundo Elas + também possui relevância significativa no financiamento das organizações feministas e de mulheres, por meio do edital Mulheres em Movimento³⁵ e de outros apoios por Programas específicos. O Elas+ aportou recursos diretos com o objetivo de fortalecimento institucional e de apoio às ações de dezenas de coletivos anualmente.

Contudo, esses financiamentos também enfrentam limitações próprias e, à luz da atual conjuntura política global, a restrição de recursos tende a dificultar ainda mais o acesso a apoios pelos movimentos e organizações feministas. Atualmente, os editais são anuais e de curto prazo, geralmente de até 12 meses ou menos, exigindo que as organizações feministas adotem estratégias diversificadas para manter suas atividades. Isso inclui a busca por alianças com outras organizações, tanto locais e regionais, quanto internacionais, além da necessidade de garantir capacidade de captação de recursos próprios, por meio da venda de serviços e produtos.

³³ <https://www.fundobrasil.org.br/nosso-trabalho/apoio-a-sociedade-civil/editais-gerais-e-especificos/>

³⁴ <https://www.cese.org.br/>.

³⁵ <https://fundosocialelas.org/mulheres-em-movimento/>.

Outro desafio apontado pelo movimento feminista popular é a manutenção de sua autonomia política frente aos financiadores, buscando assegurar que os recursos sejam aplicados de forma a fortalecer e estruturar as lutas feministas, como o combate ao patriarcado, ao racismo e às desigualdades sociais. A ação transformadora ocorre em formato processual, que envolve diversos fatores e estratégias, desde a formação política e a auto-organização até ações concretas junto ao poder público e à sociedade. Para os movimentos feministas e de mulheres, o alinhamento dessas ações se dá de forma gradual; é construído, na práxis feminista, a partir de construção de consensos diante da realidade de cada território.

Nesse sentido, a autonomia do construir e fazer a ação feminista para as mulheres do Nordeste é fundamental em sua forma de existir enquanto movimento. Isso se contrapõe a formatos de financiamento que estabelecem critérios próprios de acesso a recursos, desconsiderando a construção local e as estratégias dos movimentos ou organizações. E, em tempos de redução cada vez mais acentuada do acesso a recursos, esse formato de alinhamento tende a enfraquecer a ação política e impulsionar ações pontuais e isoladas, em detrimento de um processo de construção movimentista.

Este panorama ressalta a importância de ampliar o diálogo sobre a sustentabilidade da ação feminista diante do atual cenário de financiamento, reforçando a solidariedade e o apoio mútuo entre os movimentos para enfrentar as barreiras impostas tanto pelo contexto socioeconômico quanto pelos desafios políticos contemporâneos.

A busca por maior equidade regional no acesso e na definição dos recursos também é um ponto central levantado pelos movimentos, especialmente ao se considerar que os financiadores e fundos estão, em sua maioria, localizados em outras regiões — principalmente no Sudeste. Isso faz com que a construção das linhas de apoio seja frequentemente definida fora dos territórios que mais necessitam de condições adequadas de acesso e de participação na definição desses recursos.

As entrevistas e pesquisas realizadas apresentaram como **principais dificuldades na captação de recursos**:

- 1. Falta de recursos financeiros e limitações de financiamento:** a principal dificuldade enfrentada é a ausência de financiamento adequado, tanto para ações específicas de incidência, formação e comunicação quanto para a estrutura básica de funcionamento das organizações. A maioria das organizações acessa financiamentos que não remuneram o pessoal, garantindo apenas a realização de atividades. Essa limitação impõe maior precarização do trabalho realizado nas organizações, que muitas vezes é voluntário. Poucas organizações têm financiamento de seus projetos institucionais.

- 2. Baixa formação de elaboração e gestão de projetos:** muitos coletivos surgem de lideranças locais, que, com poder de articulação e mobilização em rede, estruturam-se em grupos de ação. Em sua maioria, são grupos com acesso precário a computadores, tecnologias e internet, e com pouca ou nenhuma formação em elaboração de projetos. Nas organizações com um pouco mais de estrutura, busca-se capacitar ao menos uma pessoa para ser responsável por essa atribuição. Em alguns casos, recorrem a pessoas da comunidade ou das universidades para elaboração de projetos. Os critérios de acesso e elaboração de projetos eliminam muitos coletivos e ações, seja pela falta de conhecimento sobre os editais, seja pelas exigências estabelecidas (formulários on-line ou documentos de difícil preenchimento para parte das organizações entrevistadas).
- 3. Tempo limitado das militantes:** muitas integrantes não conseguem se dedicar plenamente às atividades políticas devido a outras obrigações, como trabalho e cuidado familiar. Pela falta de apoio e pela precariedade dos financiamentos, muitas lideranças das organizações se dividem em diversos trabalhos, frequentemente no mercado informal, para garantir renda. Em muitos casos, a renda pessoal complementa a do coletivo ou organização, garantindo a continuidade das ações.
- 4. Exigências dos editais:** diversas demandas estão além da capacidade das organizações menores. Embora alguns editais tenham avançado em seus formatos para promover o acesso, ainda há muitos relatos de dificuldade em atender aos requisitos mínimos para obtenção de recursos.
- 5. Prazo curto de execução:** os editais geralmente exigem que os projetos sejam finalizados em até 12 meses, dificultando a continuidade das ações.
- 6. Formalização insuficiente:** muitas organizações enfrentam dificuldades por não possuírem personalidade jurídica (CNPJ) ou por não conseguirem manter em dia obrigações fiscais e contábeis, considerando que o acesso a recursos para apoio institucional se dá de maneira esporádica e que a manutenção da legalidade é cara e exige continuidade e permanência.
- 7. Ausência de estratégias de captação contínua:** falta planejamento de médio e longo prazo para garantir sustentabilidade financeira das organizações, o que também pode ser atribuído à precariedade de estrutura interna e financiamento insuficiente.

As principais fontes de recursos apresentadas:

- *Fundos de pequenos projetos:* a maioria depende de editais voltados para projetos de pequena escala, até R\$ 50 mil;
- *Mobilização de recursos locais:* as organizações procuram angariar fundos por meio de estratégias locais, incluindo eventos, bingos, rifas e doações diretas;

- **Autofinanciamento:** dedicação de tempo e recursos das próprias militantes para financiar funcionamento e ações, além da realização de feiras com venda de alimentos, de produtos artesanais e serviços prestados para outras pessoas ou organizações que voltam para o coletivo em forma de recurso;
- **Projetos de médio e grande porte:** uma parcela menor das organizações consegue submeter e captar recursos de editais maiores, geralmente oriundos da cooperação internacional.

Média de recursos anuais movimentados:

Considerando que a ampla maioria das organizações entrevistadas realiza suas ações por meio de campanhas de solidariedade, vendas de produtos, bazares, rifas e serviços; e que parte delas não consegue captar recursos anualmente, ficando sem qualquer aporte financeiro por mais de dois anos, mantendo suas atividades com solidariedade e trabalho voluntário.

- Mais da metade das organizações entrevistadas movimentam até R\$ 50 mil por ano.
- Apenas algumas das organizações entrevistadas, principalmente ONGs com mais estrutura, acessam recursos acima de R\$ 200 mil.

Formalização, desafio de uma sustentação contínua

Das organizações entrevistadas, 38% são formalizadas e sustentam as legalidades com grandes dificuldades, considerando os níveis de exigência para manter em dia a escrituração contábil, as certificações, as certidões e todas as obrigações acessórias.

Para as 62% não formalizadas, o acesso a recursos se dá de duas formas:

- Por meio de projetos que não exigem CNPJ, o que facilita o acesso, mas limita o volume de aporte e a duração;
- Por meio de outra organização, chamada de "responsável legal" ou *fiscal sponsor*, que gere recursos para coletivos sem personalidade jurídica, como forma de possibilitar e democratizar o acesso a financiamentos e fortalecer o campo de atuação comum.

Esses pontos destacam os desafios que as organizações feministas do Nordeste enfrentam para manter suas operações e atividades políticas, enfatizando a necessidade de um financiamento mais estável e estratégico para garantir a continuidade e o fortalecimento de suas lutas.

Como acessam os recursos – diferenças entre as organizações

Foram apresentados diferentes formatos de acesso a recursos. Enquanto ONGs acessam editais, principalmente da cooperação internacional, e muitas já com financiadores de longa data, movimentos e coletivos utilizam outras formas e características, que impactam diretamente a construção de ações coletivas e de luta, que são ações de médio e longo prazo. Nesses casos, a interrupção do financiamento limita e prolonga a implementação de estratégias concretas de transformação da realidade. Nesse sentido, temos:

- **Movimentos e Redes** – contam com o apoio de ONGs que tenham alinhamento político e que aportam com recursos para ações e encontros, ou que gerem recursos captados pelo próprio movimento ou rede. Além de gerir, oferecem suporte estrutural a projetos dos movimentos. Esses recursos são inconstantes e ocasionais, dependendo de editais voltados ao fortalecimento de redes e movimentos.
- **ONGs** – com institucionalização mais estruturada e maior tempo de atuação, acessam a cooperação internacional e outros financiadores. Observa-se uma mudança gradual e profunda nesse tipo de financiamento, que vem apostando cada vez mais em pontos focais/intermediários para a descentralização dos recursos de forma mais constante. Essa mudança altera a configuração do campo das organizações feministas, uma vez que essas entidades, ao atuarem no fortalecimento do movimento feminista e de suas lutas de transformação da cooperação internacional, que vem apostando cada vez mais em **pontos focais/intermediários** para descentralização dos recursos. Acessam recursos de forma mais constante, mesmo com indicativos de diminuição nos últimos anos. Essa mudança provoca alterações estruturais na configuração do campo das organizações feministas, uma vez que essas organizações atuam no fortalecimento do movimento feminista e de suas lutas de transformação, funcionam como faróis de sustentação das ações de movimentos coletivos.
- **Organizações de pequeno porte** – acessam recursos limitados e inconstantes, principalmente fundos destinados a pequenos projetos. A maioria não é formalizada e precisa de organizações com mais estrutura administrativa e personalidade jurídica para dar suporte e gerir seus projetos. Raramente remuneram suas equipes de trabalho, dependendo do esforço voluntário para garantir a continuidade das ações.

Projetos em Parceria e Projetos em Consórcio

Uma modalidade de projeto bastante citada durante as entrevistas foram os projetos em parceria ou em consórcio. É preciso diferenciá-los, pois os impactos e as questões apresentados em relação a eles são distintos e, e muitas vezes, opostos.

Os projetos em parceria são propostas construídas em sintonia dentro de um mesmo campo político, para atuação conjunta em determinado projeto. São organizações que já atuam de forma articulada ou em rede para suas atividades — formação, encontros, marchas ou campanhas — e que veem em editais maiores a possibilidade de acessar recursos que garantam maior sustentação ao propósito coletivo. Essas parcerias pressupõem o alinhamento político na construção do processo coletivo e ocorrem entre ONGs, entre ONGs e pequenos coletivos, redes estaduais e regionais, articulações, ou entre ONGs e movimentos.

Pontos apontados nos Projetos em Parceria

- Possibilidade de acesso a editais mais robustos e de maior duração, com média de 2 a 3 anos de execução;
- Projetos com visão política compartilhada;
- Articulação com outras organizações do mesmo campo político;
- Constituir mais força política para projetos de fortalecimento de lutas;
- Potencialização de Ações e Estratégias;
- Suporte mútuo entre as organizações;
- Demanda por maior estrutura organizativa, principalmente da área administrativa-financeira;
- Construção consensuada de proposta e de ação coletiva;
- Necessidade de transparência na gestão e governança do projeto.

Já os projetos em consórcio são requeridos em editais da cooperação internacional, de fundações ou de fundos, que, na intenção de potencializar os projetos em parceria, acabam gerando ou impondo articulações que muitas vezes não estão alinhadas a um mesmo campo político nem à forma de implementar as ações. Esse formato pode gerar rupturas e desgastes nas ações políticas e nas articulações, provocando o efeito inverso da proposta original, isto é, a desagregação do campo ou a inviabilidade das ações por exigência do financiador.

Pontos apontados pelos Projetos Consorciados por demanda do financiador

- Ingerência nas estratégias de organizações com diferentes orientações políticas;
- Amplificação das diferenças e divergências organizacionais e de alinhamento político;
- Fragmentação dos recursos – editais com grandes aportes, mas fracionados entre diversas organizações;

- Dificuldade de construção de consensos e potencialização de ações;
- Alta demanda, por parte do financiador, de ações em conjunto entre as organizações apoiadas.

Organizações que garantem suporte a movimentos, redes e coletivos

Outro arranjo institucional utilizado para viabilizar o acesso a recursos ocorre por meio de organizações que oferecem suporte e sustentação dos movimentos, redes e coletivos. São principalmente ONGs formalizadas, que dispõem de maior estrutura administrativa e que, como estratégia de fortalecimento dos movimentos, e democratização do acesso a recursos, disponibilizam suas estruturas gerindo projetos para os movimentos, redes e coletivos. Essas instituições são chamadas de organizações “guarda-chuva”, como são popularmente conhecidas, e que assumem a função de “responsável legal”, garantindo o acesso a recursos para organizações que não possuem essa estrutura ou personalidade jurídica (CNPJ).

Essa modalidade apresenta-se mais como uma estratégia de sobrevivência do movimento do que uma estratégia de acesso a financiamento, uma vez que esse suporte depende de alinhamento político na construção da parceria de gestão. As organizações acordam esse suporte para os movimentos, redes e coletivos vinculados à construção do campo de luta ao qual pertencem.

Entretanto, se, por um lado, trata-se de uma estratégia reconhecida como fundamental, por outro, as intensas demandas geradas por esse apoio acabam sobrecarregando as organizações gestoras. As demandas de suporte administrativo-financeiro não são cobertas pelos financiamentos, de modo que as equipes gestoras continuam com o mesmo número de integrantes, mas com um volume muito maior de responsabilidades. Isso provoca maior precarização e tensionamento dentro das próprias organizações que, mesmo reconhecendo a relevância política de oferecer a gestão, muitas vezes não conseguem apoiar administrativamente diante da quantidade de demandas.

Fundos locais como Intermediários

O estudo destaca o papel das entidades intermediárias no acesso a financiamento. Trata-se de fundos que centralizam os recursos para, em seguida, descentralizá-los por meio de editais. Observa-se uma tendência crescente — especialmente no âmbito da cooperação internacional, como detalhado no Estudo sobre Fundos — de apostar nessas instituições intermediárias como responsáveis pela centrali-

zação da estratégia e da dinâmica de financiamento. Essas entidades estruturam aportes mais robustos e, com base em sua capacidade instalada, os descentralizam por meio de editais que refletem os padrões já mencionados anteriormente: editais de pequeno valor, com repasses descontínuos.

Os fundos sociais e filantrópicos desempenham um papel estratégico e cada vez mais reconhecido no ecossistema de financiamento das organizações da sociedade civil, em especial aquelas de base comunitária. Sua relevância decorre, em grande medida, da descentralização dos recursos por meio de editais acessíveis, o que amplia significativamente as possibilidades de aporte financeiro a grupos que, de outro modo, teriam pouca ou nenhuma chance de acesso à cooperação internacional tradicional. Esses fundos são amplamente valorizados pelas organizações por seu esforço contínuo em aprimorar os mecanismos de seleção, execução e prestação de contas, tornando os processos mais compatíveis com a realidade de coletivos que, em sua maioria, não dispõem de estrutura administrativa e financeira robusta para a gestão de projetos complexos.

No entanto, persistem desafios importantes. Muitas vezes, esses fundos acabam concorrendo com as próprias organizações pelos mesmos recursos, sem oferecer contrapartidas estruturantes ou suporte técnico. Como consequência, enfraquecem-se especialmente as pequenas OSCs e coletivos informais, e os recursos tendem a se concentrar em organizações de médio porte, mais aptas a atender às exigências burocráticas. Esse movimento reforça um ciclo de exclusão justamente para os grupos que mais necessitam de apoio.

A tensão central reside na substituição do formato de financiamento direto às organizações e movimentos feministas por um modelo de descentralização que, em vez de fortalecer, acaba por fragmentar e reduzir o volume de recursos destinados a movimentos estruturados em redes. Essa tendência enfraquece os processos de construção coletiva das lutas e da organização feminista — uma equação complexa de ser resolvida. Se, por um lado, amplia-se o alcance a mais coletivos e organizações, por outro, um dos efeitos é a maior dificuldade de articulação regional e nacional de processos movimentistas.

Esse cenário não se limita ao Nordeste, mas se aprofunda particularmente na região, onde grandes articulações e movimentos nacionais possuem maior capacidade organizativa e atuação em redes. Essa macroestrutura — formada por coletivos, redes, movimentos e organizações — depende de financiamentos com maior solidez e durabilidade. Caso a tendência atual de financiamento se mantenha, as principais organizações responsáveis por sustentar as redes e movimentos feministas no Brasil tendem, também, a ser enfraquecidas.

Outra crítica fortemente apresentada refere-se à redução da autonomia que esse formato de acesso via intermediárias impõe às organizações. O alinhamento a estratégias externas, dissociadas da construção coletiva elaborada e pactuada pelos movimentos ou redes, impacta diretamente as condições de sustentação da auto-organização feminista, colocando em permanente tensão o processo de construção coletiva.

FUNDO FEMINISTA DO NORDESTE: TERRITÓRIO COMO PALAVRA-CHAVE

A possibilidade de criação de um Fundo Feminista do Nordeste foi recebida, desde as primeiras reações, como algo oportuno e desejável, carregado de forte sentimento de pertencimento. A aceitação foi unânime, acompanhada por expressões de alegria e esperança, seguidas da afirmação da urgência e da necessidade de condições concretas para a luta.

O Brasil possui dimensões continentais, e o Nordeste historicamente foi expropriado e explorado desde a invasão colonial. São séculos de patriarcado, racismo e xenofobia instituídos como política pública e social, que somente há poucos anos começaram a assumir outros contornos, em razão da persistência das lutas de resistência e transformação da realidade social.

É nesse contexto que um Fundo Feminista do Nordeste representaria uma possibilidade concreta de sustentação da luta. As organizações feministas da região têm sentido, cada vez mais, a dificuldade de acessar e garantir recursos, e as mudanças na tendência da cooperação têm imposto novos desafios a esse campo. O espaço cada vez mais restrito para construir pontes de diálogo e acesso a recursos impõe o lugar de beneficiárias de projetos, e não de autoras.

Nessa perspectiva, a construção da possibilidade de criação de um Fundo Feminista no Nordeste foi apresentada como alternativa estratégica e essencial para assegurar a continuidade das ações, garantir o acesso a recursos, fortalecer a autonomia e valorizar a diversidade regional, sustentando a luta por um mundo mais justo e igualitário.

Os principais pontos apresentados no estudo sobre a criação de um possível Fundo Feminista do Nordeste apontam para a necessidade de garantir:

- Autonomia das ações políticas das organizações, coletivos e movimentos;
- Sustentabilidade de diferentes formatos organizativos;
- Apoio a toda a região Nordeste e aos diferentes territórios e lutas;
- Apoio à sustentabilidade institucional das organizações;
- Acessibilidade, com exigências de prestação de contas compatíveis com a realidade dos grupos;
- Recursos flexíveis, que permitam realizar atividades em contextos de mudança brusca de conjuntura;
- Oferta de oficinas de formação sobre elaboração e gestão de projetos;
- Manutenção de canais de suporte contínuo à gestão dos projetos;
- Produção de material didático sobre o fundo e financiamento em formatos acessíveis;
- Garantir apoio para manutenção de estrutura e contabilidade;
- Desenvolvimento de métodos de inclusão de grupos que não têm condições de acessar recursos nos formatos atuais da cooperação;
- Respeito às tecnologias sociais dos territórios e aos processos de construção local;
- Fortalecimento de grupos que trabalham historicamente nos territórios e na região;
- Capilarização nos territórios e expansão para os outros espaços, garantindo participação na tomada de decisão – tanto no processo de constituição quanto de governança;
- Enfrentamento de diferentes visões e expectativas, com atenção aos desafios éticos e à necessidade de construção de acordos internos sólidos;
- Sustentabilidade do feminismo no tempo, compatibilizando diferentes aportes e fontes de recursos.

**PARTE II – FUNDOS E O
FINANCIAMENTO DO
MOVIMENTO FEMINISTA
DO NORDESTE**

Este estudo teve como objetivo fornecer uma compreensão das estruturas, estratégias, desafios e oportunidades **para a criação** de um fundo feminista no Nordeste do Brasil e incluiu as seguintes etapas para sua realização: levantamento de fundos com atuação no Brasil; entrevistas; e análise de documentos, brevemente descritas a seguir.

Levantamento de fundos com atuação no Brasil

O levantamento tomou como ponto de partida o "Mapeamento de organizações independentes doadoras para a sociedade civil nas áreas de justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário no Brasil", publicado em 2023 pela Rede Comuá, que fez uma análise sobre 31 fundos nacionais. A partir da indicação das organizações proponentes do estudo e de fontes documentais, foram acrescentados outros fundos globais e regionais com atuação no Brasil, em particular, fundos voltados para as organizações de mulheres. No entanto, não houve a pretensão de realizar um levantamento exaustivo, dada a limitação das condições para a realização do estudo e sua finalidade (ANEXO III).

Entrevistas

Em acordo estabelecido com as organizações proponentes do estudo, foi indicado um conjunto de fundos a serem entrevistados, além de pessoas de referência na área. Definiu-se uma faixa de 12 a 14 entrevistas, capaz de abarcar diferentes tipos de fundos e pessoas com acúmulo de conhecimento, bem como de atuação na área.

O número de entrevistas foi estabelecido considerando a limitação de tempo, a disponibilidade das convidadas para participar e os propósitos do estudo.

Foi elaborado um roteiro de referência para as entrevistas, contendo um conjunto de dez questões (ANEXO I). O roteiro foi socializado e aprovado pelas organizações proponentes do estudo.

De julho a novembro de 2024, realizaram-se 18 entrevistas, sendo 12 com representantes de fundos, 2 com representantes de redes de fundos e 4 com pessoas de referência na área (ANEXO III).

Este relatório busca refletir a diversidade de olhares expressos pelas entrevistadas, sistematizando ideias-chave que permitam alcançar os objetivos do estudo.

Análise de documentos

Doadores, fundos e redes de fundos vêm investindo tempo, energia e recursos para caracterizar o universo de fundos existentes, bem como para analisar suas metodologias de atuação, suas possibilidades e seus limites como instrumentos de fortalecimento de organizações que atuam na defesa, garantia e promoção de direitos.

Embora não tenha sido possível processar o enorme volume de conhecimentos gerados a partir desses esforços, o estudo incluiu a análise de alguns documentos-chave publicados nos últimos anos, com o intuito de extrair dados e análises relevantes para a pesquisa.

Entre os documentos analisados estão relatórios sobre o financiamento do movimento feminista, do movimento feminista negro e do movimento LGBTIAPN+; mapeamentos de fundos brasileiros; e outros documentos produzidos por fundos ou redes de fundos. Também foram analisados artigos e matérias publicados em sites de atores relevantes para o tema.

FINANCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E AGENDA DE JUSTIÇA DE GÊNERO

Nesta seção, apresentamos dados sobre o quadro atual de financiamento das organizações de mulheres e da agenda de justiça de gênero, considerando suas interfaces com outras agendas, como justiça racial e justiça climática, e apontamos alguns elementos do contexto político, global e nacional que impactam a possibilidade de criação de um fundo feminista no Nordeste, a partir das entrevistas, diálogos e leituras realizadas para a elaboração deste relatório.

Um primeiro elemento a ser destacado é o consenso em relação à ideia de que organizações e movimentos de mulheres sofrem com subfinanciamento, em detrimento de outros setores da sociedade civil. Essa situação se agrava se levarmos em conta a localização das organizações, com aquelas situadas no Sul Global enfrentando diversos tipos de barreiras para acessar recursos, em comparação às organizações sediadas no Norte Global.

Abordagens interseccionais encontram ainda mais barreiras ao financiamento, o que pode ser atribuído a fatores estruturais, como a influência colonial na configu-

ração das instituições da cooperação e da filantropia, ou a concepções simplistas que norteiam parte do trabalho realizado. Um exemplo disso é a visão limitada sobre o que constitui a agenda do movimento feminista ou do movimento feminista negro, que abarca um amplo leque de temas da agenda democrática e dos direitos humanos, e não apenas aqueles historicamente atribuídos ao feminismo/feminismo negro.

Esse problema pode ser encontrado também nos temas vistos como "tipicamente feministas", como a violência contra as mulheres. O estudo realizado pela **Global Greengrants Fund** (2024)³⁶ aponta que:

"definições de violência muito restritas não estão alinhadas com a forma como a maioria das mulheres defensoras ambientais define e vivencia a violência, que é estrutural e inclui opressão histórica, práticas estatais atuais, exclusão socioeconômica e política, desapropriação de terras, difamação, ataques pessoais, intimidação e dominação patriarcal em suas comunidades" (p. 21).

A seguir, alguns dados levantados nos últimos anos demonstram a situação de subfinanciamento.

Dados publicados pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OCDE) indicam que a média anual da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para apoiar organizações, movimentos e instituições governamentais de direitos das mulheres caiu para US\$ 631 milhões no período de 2021-2022, em comparação com os US\$ 891 milhões de 2019-2020.

Se forem excluídos os recursos comprometidos com instituições governamentais, o valor foi de US\$ 453 milhões em 2021-2022, menos de 1% do total da ODA.³⁷ Nesse mesmo período (2021-2022), dos 43% dos programas de ajuda bilateral que visavam promover a igualdade de gênero, apenas 4% tinham esse tema como objetivo principal, enquanto para os 39% restantes era apenas um entre outros objetivos importantes. Em volume de recursos, isso representou US\$ 64,1 bilhões. Embora esse valor tenha aumentado em relação aos US\$ 60 bilhões de 2019-2020, a proporção diminuiu em relação aos 45% daquele período, marcando a primeira queda após uma década de crescimento constante. Esse cenário levanta preocupações sobre as intenções políticas dos doadores.³⁸

³⁶ A Holistic Approach to Funding Women Environmental Defenders (Global Greengrants Fund, 2024).

³⁷ A França lidera os membros do CAD - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento no apoio a organizações, movimentos e instituições governamentais de direitos das mulheres, com 145 milhões, seguida pelo Canadá com US\$ 63 milhões e as instituições da UE com US\$ 60 milhões em média por ano em 2021-2022.

³⁸ <https://www.oecd.org/en/topics/sub-issues/gender-and-development.html>.

Esses dados tornam-se ainda mais dramáticos quando analisados à luz das informações divulgadas em 2024 pelo **#ShiftthePower Movement**³⁹, que mostram que menos de 10% da ajuda dos países que compõem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD) chega diretamente às organizações da sociedade civil no Sul Global. Ou seja, mais de 90% dos recursos destinados à sociedade civil permanecem com organizações sediadas nos países-membros do CAD e em outras organizações do Norte Global.

No que se refere às organizações de mulheres, de acordo com pesquisa publicada pela **Association for Women's Rights and Development** em 2021⁴⁰, (AWID) em 2021, abrangendo 3.739 organizações feministas e de direitos das mulheres do Sul Global que buscaram financiamento do Global Fund for Women entre 2015 e 2019, apenas 6% dessas organizações tinham orçamento anual acima de US\$ 300.000, e somente 2% superavam US\$ 1 milhão. Por outro lado, 48% das organizações possuíam orçamento anual inferior a US\$ 30 mil, sendo que, na América Latina e no Caribe, esse percentual chegava a 58%.

Pesquisa publicada pelo **Black Feminist Fund**⁴¹ em 2023 mostrou que apenas 0,1% a 0,35% das doações de fundações no nível global e somente 5% do financiamento de direitos humanos foram destinados a mulheres, meninas e pessoas trans negras. Isso se reflete em condições muito desfavoráveis ao movimento feminista negro: 61% das organizações feministas negras possuem orçamentos anuais inferiores a US\$ 50.000, sendo que 59% delas nunca receberam financiamento institucional, acessando apoios de até dois anos (52%), principalmente para projetos específicos (75%). Além disso, mais da metade das organizações (53%) não dispõe de fundos disponíveis para o próximo ano fiscal.

Já a **Global Greengrants Fund** (2024) analisou doações concedidas por centenas de fundações que trabalham com as conexões entre meio ambiente, mulheres e violência de gênero, e encontrou os seguintes números: dos US\$ 4,3 bilhões em financiamento ambiental em 2017, apenas 1,12% (US\$ 53,1 milhões) foi direcionado a mulheres e meio ambiente. Menos ainda, apenas 0,05% desse total (US\$ 2,3 milhões) foi voltado para questões de violência de gênero contra mulheres ativistas ambientais.

No relatório publicado pelo **Global Philanthropy Project** (2024)⁴², a análise do financiamento global de fundações no período 2021-2022 mostra que menos de 39

³⁹ Too Southern to be funded: The Funding Bias Against the Global South (#ShiftthePower Movement, 2024).

⁴⁰ Where is the money for feminist organizing? (AWID, 2021).

⁴¹ Where is the Money for Black Feminist Movements? (BFF, 2023).

⁴² Global Philanthropy Project (2024) Global Resources Report Government and Philanthropic Support for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Intersex Communities 2021/2022.

centavos de cada US\$ 100 foram destinados a questões LGBTI, incluindo fundos alocados em organizações nos Estados Unidos.

Outro estudo sobre a realidade das doações destinadas à justiça social no Reino Unido, no período 2021-2022 — **Funding Social Justice 2**⁴³ — demonstrou que a maior parte dos recursos se concentrou em iniciativas de prestação de serviços (32%) ou em ações de incidência em instâncias de influência (37%). Menos de 10% do financiamento para justiça social foi destinado a atividades de organização comunitária ou mobilizações, fundamentais para a construção de poder, e apenas 1,6% dos subsídios analisados no relatório foram para iniciativas com foco principal na organização. Além disso, a maior parte desses fundos não chegou às comunidades locais, com 63,4% das doações destinadas a ações na esfera nacional. Esses achados são significativos, pois revelam limites ao apoio a ações transformadoras lideradas por organizações locais ou de base, mesmo em um recorte específico de doações para justiça social.

Aproximando o foco para o contexto brasileiro, alguns dados demonstram o baixo acesso a recursos por organizações locais de mulheres. Em publicação recente, o **Fundo Elas+ e Rede Comuá (2024)**⁴⁴ analisaram informações de 1.280 grupos e organizações de mulheres e LGBTI+, sendo 37% do Nordeste, que participaram do Edital Mulheres em Movimento 2024: Por Democracia, Justiça de Gênero e Climática, lançado pelo Elas+. Os dados mostram que, em 2023, quase metade das organizações executou menos de R\$ 20 mil (48%) e 24% entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil. Ou seja, 72% das organizações trabalharam com orçamento anual de até R\$ 50 mil. Outros 13% das organizações contaram com orçamento entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil; 8% entre R\$ 100 mil e R\$ 250 mil; e apenas 7% acima de R\$ 250 mil.

A pesquisa realizada pela **Iniciativa PIPA (2023)**⁴⁵, com base em informações de 607 organizações de periferias em todo o Brasil (28% no Nordeste), apontou que 31% das organizações contaram com orçamento anual inferior a R\$ 5 mil, 24% obtiveram entre R\$ 5 mil e R\$ 25 mil, 17% entre R\$ 25 mil e R\$ 100 mil e 15% não obtiveram recursos. Ou seja, somadas as que não obtiveram recursos com as que operaram na menor faixa, chega-se a 46% — quase metade das iniciativas pesquisadas — com orçamento de até R\$ 5 mil anuais. Ao cruzar esses dados com o perfil racial das pessoas à frente das iniciativas (74% negras e 68% mulheres), o estudo

⁴³ O relatório Funding Justice 2 analisou 18.816 doações de 60 financiadores, muitos comprometidos com a justiça social. Esses subsídios totalizaram mais de £950 milhões — cerca de 21% de todas as doações de fundações do Reino Unido em 2021-2022. Destes, 27% (£256 milhões) foram destinados a trabalhos focados em justiça social — apenas 5,7% de todas as doações de fundações no Reino Unido no período. <https://medium.com/civic-power-fund/funding-justice-2-a-report-on-social-justice-grantmaking-in-the-uk-2021-2022-633ff45680a7>

⁴⁴ Justiça Climática e Ativismo Feminista: Impactos e Soluções (Elas+ e Rede Comuá, 2024).

⁴⁵ Periferias e filantropia: as barreiras de acesso a recursos no Brasil (Iniciativa PIPA, 2023).

evidencia uma realidade em que, possivelmente, são as mulheres negras as principais financiadoras das iniciativas, utilizando seus próprios recursos.

No levantamento publicado em 2023 pela **Coordenadoria Ecumênica de Serviço**⁴⁶ (CESE), com informações coletadas junto a 61 organizações de mulheres do Nordeste, 10% das organizações não movimentaram nenhum recurso financeiro, enquanto mais da metade das organizações (55%) informou movimentar um volume de até 50 mil reais por ano. Já 20% das organizações tiveram orçamento anual de 50 a 100 mil reais; 5% informaram movimentar entre 100 e 150 mil reais; e apenas 10% informaram movimentar mais de 200 mil reais.

Sobre a filantropia nacional, o **Censo GIFE 2022-2023**⁴⁷ traz informações de 137 empresas, institutos e fundações empresariais, familiares e independentes, que destinaram R\$ 4,8 bilhões em recursos privados para projetos de finalidade pública. Com relação às áreas temáticas, a maioria das organizações (71%) informou atuar na área de educação, sendo que 33% têm a educação como foco prioritário. Inclusão produtiva, empreendedorismo e geração de renda estão em segundo lugar, tanto como áreas de atuação geral (54%) quanto como foco prioritário (10%). Defesa de direitos, democracia e Cultura de Paz aparecem na 6ª posição, como área de atuação de 38% das organizações, porém como foco prioritário de apenas 9%. Justiça de gênero, justiça racial ou correlatos não constam na lista de 17 áreas temáticas, podendo estar contidos nos 6% de "outros". Quanto aos territórios de atuação direta, apenas 10% dos institutos e fundações atuam em territórios quilombolas; 7%, em territórios indígenas; e 3%, em assentamentos, enquanto 41% atuam em comunidades e territórios do entorno de unidades de negócios das empresas mantenedoras.

Essa configuração de apoio da filantropia convencional também está presente em outros contextos nacionais, como se observa em estudo realizado em 2024 por pesquisadores independentes, com financiamento da **OAK Foundation**⁴⁸:

"mesmo com o crescimento das fundações empresariais como fontes importantes de financiamento, a sua abordagem se inclina frequentemente para uma perspectiva 'tecno-gerencial' de resolução de problemas, privilegiando a prestação direta de serviços sociais e afastando-se das mudanças sistêmicas e dos temas 'polêmicos', tais como gênero, direitos humanos e justiça ambiental" (p. 9).

⁴⁶ Nossas lutas, nossos jeitos de lutar: experiências de organizações de mulheres do Nordeste na defesa de direitos e da democracia (CESE, 2023).

⁴⁷ <https://mosaico.gife.org.br/censo-gife/2022>.

⁴⁸ Compreendendo o ecossistema da redistribuição de doações no Sul Global: meio ambiente, gênero, justiça social e direitos humanos na Ásia, na América Latina e no Caribe (2024). RutaCivica_Parte1_PT_Resumo-Executivo-e-Recomendacoes_Compreendendo-o-ecossistema-da-redistribuiçao-de-doacoes-no-sul-global.pdf.

A atual abordagem da filantropia convencional ocorre a despeito das tentativas de incorporação de uma linguagem transformadora, com referências a estruturas sociais, combate às desigualdades, antirracismo e decolonização da filantropia. Isso significa que as modulações de discurso não têm gerado mudanças significativas nas práticas desse campo.

O LUGAR DOS FUNDOS “INTERMEDIÁRIOS”

Nesse contexto de financiamento restrito, tanto da cooperação oficial quanto da filantropia empresarial e também do campo filantrópico de maneira mais geral, os fundos de pequenos projetos, em particular os fundos feministas/de mulheres, emergem com grande importância para as organizações de mulheres, como foi constatado, por exemplo, no estudo já mencionado do **Elas+ e Rede Comuá** (2024), que detectou que, para além das fontes de financiamento ligadas ao entorno direto das próprias comunidades (voluntariado, doações de pessoas físicas, venda de serviços e realização de eventos), os fundos independentes nacionais se destacam, com 18,59%, à frente de outras fontes, como governos municipais (14,3%) e ONGs nacionais (12,42%), fundos independentes internacionais (11,8%), entre outras.

No estudo também já citado, feito pela **CESE** (2023) com foco em organizações de mulheres do Nordeste, a ação de mobilização de recursos mais frequente é a participação em editais de instituições nacionais, citada por mais de 62% das organizações. Chama a atenção o grande número de menções à captação junto a pessoas físicas, tanto participantes das próprias organizações quanto externas: ambos foram mencionados por 50% das organizações. Em quarto lugar, está o item que se refere a eventos de captação, tais como rifas, bingos e festas, com 38%. A produção e comercialização de produtos foi citada por 34% das organizações. Logo em seguida, estão os mecanismos virtuais de captação, como as vaquinhas online (16%), e a venda de serviços, citada por 10% das organizações.

Dados coletados em nível global corroboram a enorme demanda direcionada aos fundos intermediários, sem que estes tenham capacidade satisfatória de atendimento. Os dados divulgados pela **rede Prospera**⁴⁹, que reúne 49 fundos de mulheres e feministas, mostram que, mesmo com crescimento de 31% no volume de recursos de 2020 para 2022, chegando a um total de US\$ 275 milhões, as integrantes da rede só conseguiram absorver 39% dos pedidos de apoio em 2022.

⁴⁹ https://prospera-inwf.org/wp-content/uploads/2024/09/OnePager_aop.26SPTpdf.pdf.

De acordo com o **Black Feminist Fund** (2023), 81% das organizações feministas negras não têm recursos financeiros suficientes para alcançar seus objetivos, e mesmo com o crescimento no número e nos orçamentos de fundos feministas negros, estes só puderam atender entre 12% e 40% das demandas recebidas.

Conforme o **Global Greengrants Fund** (2024), 81% dos coletivos, organizações e grupos de justiça ambiental liderados por mulheres e meninas têm financiamento insuficiente para realizar seu trabalho.

No Brasil, a alta procura de organizações por editais e chamadas de projetos de fundos nacionais também revela essa demanda reprimida, com um percentual muito pequeno de propostas financiadas a cada convocatória.

É necessário ainda considerar as desigualdades de acesso a informações sobre esses editais e a precariedade das organizações de segmentos específicos, como mulheres negras, povos indígenas e comunidades tradicionais, que, em sua maioria, trabalham sem equipe remunerada, com menor acesso à internet e com integrantes sobrecarregadas. É comum ouvir representantes de grupos e organizações de mulheres do Nordeste, por exemplo, relatando que ficam sabendo dos editais poucos dias antes do final do prazo ou que já estão cansadas de tentar aprovação em determinados fundos, preferindo investir o tempo, já tão disputado, na realização das ações de seus grupos, mesmo que autofinanciadas. Esse e outros pontos foram abordados na 1ª parte deste estudo.

FUNDOS DE APOIO A ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO NO BRASIL

No processo de realização deste estudo, foram identificados 51 fundos cuja abrangência geográfica de atuação inclui o Brasil. Destes, 15 fundos são especificamente voltados para mulheres/mulheres negras/mulheres indígenas/lésbicas, e um fundo é voltado para organizações trans (International Trans Fund).

Trata-se de um conjunto de fundos marcado por grande heterogeneidade, inclusive nem todos podem ser considerados “fundos intermediários”. Mesmo entre estes, há muita variação quanto ao tempo de existência, origem, abrangência geográfica, volume de recursos, escopo temático, formato legal e modalidades de apoio. Apenas para ilustrar, com alguns exemplos de fundos brasileiros, destacamos que o

fundo de pequenos projetos da CESE foi criado em 1973, superando cinco décadas de existência, enquanto o Fundo Jaguaratá foi lançado pela Articulação de Povos Indígenas (APIB) do Brasil em setembro de 2024.⁵⁰

Também há fundos de abrangência nacional e ampla diversidade temática e de sujeitos apoiados, como o Fundo Brasil de Direitos Humanos, e fundos com foco geográfico bastante restrito, como o Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba ou com foco em territórios específicos, como é o caso do Fundo Babaçu, que apoia diferentes comunidades e organizações atuantes em áreas de babaçuais. Há fundos que já nasceram como tal, enquanto outros surgiram como uma das estratégias de atuação de uma determinada organização ou movimento já existente; alguns contam com personalidade jurídica própria, como o Fundo Podáali, e outros funcionam formalmente vinculados a uma organização, tais como o SAAP-FASE. As formas de apoio também são variadas, tanto em relação à forma de acesso aos recursos, volume de financiamento por projeto e modelos de prestação de contas, entre outros aspectos.

Cabe destacar a existência de dois fundos voltados especificamente para mulheres, ambos com abrangência nacional, mas com trajetórias e características bastante distintas: Elas+ e Fundo Agbara. O Elas+ foi fundado em 2000, inicialmente chamado Fundo Ângela Borba, maneja um volume significativo de recursos e exerce um papel muito relevante de incidência no campo da filantropia, integrando redes de fundos e liderando iniciativas de produção de conhecimento na área. Já o Fundo Agbara, fundado em 2020, tem foco em mulheres negras, apoiando tanto empreendedoras individuais quanto organizações, mantendo também outras frentes de trabalho.

Além destes, existe o Fundo Autônomo de Mulheres da Amazônia Luzia Dorothy do Espírito Santo, fundado em 2014, voltado para o fortalecimento de projetos coletivos de mulheres da região do Baixo Amazonas, no Pará, e o Fundo Babaçu, que, embora vinculado a um movimento de mulheres, o MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, apoia diferentes tipos de organizações inseridas em territórios de babaçuais de quatro estados, incluindo dois estados do Nordeste (Piauí e Maranhão), além de Pará e Tocantins, na região Norte.

Os fundos articulam-se em redes, entre as quais foram identificadas seis redes de maior relevância para este estudo, quatro delas considerando o enfoque de gênero/mulheres: Prospera - International Network of Women's Funds; GAGGA - Global

⁵⁰ Entre a consolidação dos dados para a elaboração da primeira versão do estudo e sua versão final, novos fundos foram anunciados, a exemplo do fundo Rutí, vinculado ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) e o Fundo de Apoio ao Jornalismo (FAJ), para apoio a veículos locais.

Alliance for Green and Gender Action; Alianza Latinoamericana de Fondos de Mujeres y Feministas; e a Alianza para los Movimientos Feministas (rede multi-atores, incluindo fundos feministas). As duas restantes são redes brasileiras que têm entre suas integrantes fundos de mulheres: Rede Comuá e Rede de Fundos Comunitários da Amazônia.

Especificidades dos fundos

Os fundos independentes nacionais ocupam um lugar central no financiamento de organizações de pequeno porte no Brasil. Nas entrevistas e documentos analisados, são ressaltadas, pelas entrevistadas, especificidades que tornam esses fundos atores fundamentais do ecossistema filantrópico.

Algumas das especificidades mais valorizadas pelas entrevistadas são⁵¹:

- Conhecimento aprofundado dos contextos geográficos ou temáticos com os quais trabalham, o que permite aportar recursos de maneira estratégica, identificando áreas descobertas, sujeitos invisibilizados e questões emergentes;
- Compreensão das dinâmicas políticas locais, o que implica capacidade de distribuir recursos sem causar danos ou exacerbar tensões no campo político em que se inserem as organizações apoiadas;
- Capacidade de resposta mais adequada às prioridades e estratégias definidas pelos grupos e organizações locais;
- Possibilidade de apoiar organizações sem personalidade jurídica⁵²;
- Disposição para assumir riscos e fazer apostas em relação aos apoios concedidos, a partir do conhecimento do campo;
- Apoio flexível, incluindo custos institucionais, para o trabalho organizativo e de gestão⁵³;
- Adoção de práticas participativas de tomada de decisão sobre as doações
- Simplificação de procedimentos para apresentação de propostas, relatórios e prestação de contas;
- Adoção de abordagens interseccionais, reconhecendo as conexões entre diferentes áreas temáticas e apoiando ações de maneira mais holística e integrada;

⁵¹ Seria preciso realizar uma pesquisa mais aprofundada para afirmar em que medida os fundos atualmente existentes concretizam essas especificidades em suas práticas, tendo em vista as limitações impostas nos acordos com doadores e pela legislação vigente no Brasil e nos países doadores.

⁵² A maior parte das vezes isso acontece através de outra organização com personalidade jurídica, que se torna responsável legal pela gestão dos recursos.

⁵³ Uma prática criticada nos diálogos com as organizações foi o apoio denominado flexível que, no entanto, vem condicionado à participação em eventos, consórcios e outros tipos de iniciativas coletivas, comprometendo boa parte dos recursos concedidos pelos fundos.

- Capacidade de influenciar a agenda de grandes doadores e grandes fundos, fazendo questionamentos e provocando avanços com relação às formas de definição de prioridades e mecanismos de apoio, com base nas experiências das organizações locais e dos contextos onde estão inseridos;
- Qualidade nas relações com as organizações apoiadas, afastando-se da concepção de “beneficiárias” em direção à ideia de “parceiras”;
- Abordagem orientada pelos movimentos ou pelas comunidades a que se dirigem;

De fato, os fundos se reconhecem como parceiros das organizações e movimentos, e manifestam desconforto com a definição de “fundos intermediários” ou *regranters*. Esse rechaço foi detectado no relatório produzido conjuntamente em 2024 pelo **Global Greengrants Fund, Prospera, the Human Rights Funders Network e GAGGA**⁵⁴. Por exemplo, a representante de um dos fundos brasileiros que integrou a pesquisa manifestou preferência pela definição de “fundo ativista”, em oposição a “fundo intermediário”.

A mesma questão foi registrada no estudo realizado com apoio da **OAK Foundation** (2024)⁵⁵, com base em entrevistas, conversas e duas comunidades de aprendizagem envolvendo mais de 90 profissionais da filantropia e líderes sociais de diferentes locais da Ásia, da América Latina e do Caribe. As consultoras responsáveis pela pesquisa apontaram uma série de papéis assumidos pelos fundos, para além do papel mais óbvio como apoiadores financeiros: os fundos atuam também mobilizando, contribuindo na construção do campo, potencializando capacidades, articulando, produzindo e difundindo conhecimentos, entre outras atividades estratégicas.⁵⁶

Os impactos de uma atuação tão ampliada dos fundos devem ser examinados de maneira mais profunda, à luz das observações de algumas das entrevistadas neste estudo sobre a necessária delimitação de papéis entre fundos e movimentos. Não deve ser negligenciada a possibilidade de que os fundos contribuam para “desequilibrar” as dinâmicas políticas locais por meio das opções de mecanismos de financiamento (consórcios estimulados, por exemplo) ou da priorização de determinados temas, regiões e sujeitos. Tensões que emergem entre ONGs feministas e fundos feministas estão ligadas a essa questão, além da própria competição por recursos.

⁵⁴ Seeds for harvest: Funding gender, climate, and environmental justice. Global Greengrants Fund, Prospera International Network of Women’s Funds (Prospera), Human Rights Funders Network (HRFN), and the Global Alliance for Green and Gender Action (GAGGA), 2024.

⁵⁵ https://philanthropydialogues.org/wp-content/uploads/2024/09/RutaCivica_Part2_Regional-trends-and-emerging-practices_Understanding-regranting-ecosystems-in-the-Global-South.pdf.

⁵⁶ Vale a pena consultar também o quadro de referência apresentado no mesmo estudo, composto de nove qualidades para que os fundos possam desempenhar um papel nas novas dinâmicas filantrópicas.

Em pesquisa realizada pelo **Equality Fund (2024)**⁵⁷, para fundamentar sua nova linha de apoio “Preparar, Responder e Cuidar”, o papel dos fundos feministas é descrito como fundamental pelo apoio prestado a organizações de base para dar resposta a crises. É enfatizado o engajamento dos fundos em diálogos com uma ampla gama de atores do ecossistema, incluindo instituições humanitárias, agências bilaterais e entidades filantrópicas, defendendo o impacto profundo dos movimentos de base.

Assim, são destacados três aspectos cruciais que orientam as respostas a crises pelos fundos feministas: eles questionam as dinâmicas que perpetuam desigualdades no que se refere à “política dos recursos”; têm capacidade de resposta, com uma abordagem holística que não apenas reage a crises, confrontando sua natureza estrutural; e a prontidão (*preparedness*), construindo um modelo de resposta que atua sobre tendências estruturais e interseccionais, moldando o futuro proativamente.

Práticas promissoras dos “fundos intermediários”

Segue abaixo um resumo de práticas identificadas pelo estudo apoiado pela OAK Foundation (2024)⁵⁸ nos fundos pesquisados e que podem servir como referência para reflexões durante o processo de construção de um Fundo Feminista no Nordeste, caso esse caminho venha a ser seguido:

- 1. Recrutar, contratar e formar proativamente líderes locais diversos e orientados para a justiça social**, tanto como membros dos seus Conselhos quanto das suas equipes remuneradas responsáveis pela tomada de decisões.
- 2. Compreender as barreiras legais e fiscais**, trabalhando dentro delas.
- Gerir a **complexidade financeira de arrecadar e redistribuir recursos** e cobrir as suas despesas administrativas gerais (overheads).
- 4. Desenvolver e experimentar procedimentos inovadores para fazer doações**, por meio de chamamentos públicos, distribuição participativa, diligência devida baseada no contexto, mecanismos de confiança e processos deliberativos para selecionar as iniciativas a serem apoiadas.
- 5. Convocar e conectar parceiros**, investindo tempo e recursos no cultivo de relações mais profundas e de apoio mútuo entre as organizações apoiadas.
- 6. Expandir e diversificar sua rede de doadores internacionais, garantindo a resiliência, a sustentabilidade e a missão da organização**, investindo em pro-

⁵⁷ Unfolding the Tapestry: Weaving Themes and Strategies of Feminist Crisis Response (Equality Fund, 2024).

⁵⁸ Compreendendo o ecossistema da redistribuição de doações no Sul Global: meio ambiente, gênero, justiça social e direitos humanos na Ásia, na América Latina e no Caribe (2024). RutaCivica_Parte1_PT_Resumo-Executivo-e-Recomendacoes_Compreendendo-o-ecossistema-da-redistribuição-de-doacoes-no-sul-global.pdf.

cessos de monitoramento e avaliação do impacto e valorizando a pesquisa-ação e os processos de aprendizagem para criar legitimidade, mostrar transparência e atrair mais doadores.

- 7. Incubar outros fundos intermediários** em outras regiões e áreas temáticas, estabelecendo parcerias eficazes e complementando o impacto de cada um deles.

SUSTENTABILIDADE DOS FUNDOS

Os dados levantados por meio de documentos e entrevistas revelam um aumento no número de fundos de apoio a pequenos projetos no Brasil e no mundo, inclusive fundos feministas/de mulheres⁵⁹.

Embora existam alguns fundos com décadas de existência, nos últimos anos tem havido uma proliferação de fundos locais e temáticos voltados ao apoio a iniciativas de pequeno porte no Sul Global. Em muitos casos, esses fundos são criados a partir de diálogo com doadores internacionais do campo filantrópico, que realizaram investimentos significativos na criação de fundos ou em estratégias similares, a exemplo da inclusão de sub-subsvenções nas chamadas de projetos da União Europeia.

No caso do Brasil, o mapeamento feito pela Rede Comuá (2023), que incluiu 31 fundos (ou organizações independentes doadoras), mostrou que 81% das organizações mapeadas foram criadas a partir dos anos 2000, sendo que 61% passaram a atuar como doadoras a partir de 2010.

Apenas para citar alguns exemplos de fundos com atuação no Brasil, nos últimos cinco anos foram criados: Fundo Agbara (2020); Fundo Podáali (2020); Black Feminist Fund (2021); Fundo Jaguatá (2024); Fundo Ibase para Favelas e Periferias (2024). Outros fundos estão em processo de construção. Por exemplo, em outubro de 2024, período de elaboração da versão preliminar deste relatório, o Freedom Fund estava com uma chamada aberta para selecionar uma organização da sociedade civil que operasse localmente um fundo comunitário da Amazônia, anunciando essa iniciativa como parte de uma estratégia para transferir poder às comunidades.

Nas entrevistas realizadas para este estudo, a criação de novos fundos foi apontada como uma conquista das organizações, movimentos e redes que, ao longo dos

⁵⁹ No seu estudo publicado em 2023, o Black Feminist Fund registrou a criação de novos fundos negros, feministas ou não, nos últimos 2 ou 3 anos como o próprio Black Feminist Fund (global), Black Trans Fund (EUA e Caribe), Black Girl Freedom Fund (Estados Unidos), a Baobab Foundation (Reino Unido) e Foundation for Black Communities (Canadá), assim como o crescimento nos orçamentos dos fundos feministas negros já existentes.

anos, vêm ressaltando a importância do conhecimento das realidades e dinâmicas locais para orientar a alocação de recursos, além de reivindicarem maior poder de decisão nesses processos. Nesse contexto, destacou-se também a decolonização da cooperação e da filantropia.

Por outro lado, foram mencionadas motivações mais pragmáticas de grandes doadores para investirem na criação de fundos locais, como a necessidade de responder ao crescente questionamento sobre seu papel no ecossistema filantrópico e a busca por otimizar suas operações, reduzindo o número de repasses diretos e concentrando-os em organizações capazes de redistribuir recursos com capilaridade, “chegando na ponta” e ampliando o impacto das doações.

Uma das pessoas entrevistadas identificou dois ciclos de criação de fundos no Brasil. O primeiro, no início dos anos 2000, foi influenciado pela discussão sobre a saída da cooperação internacional do país e ocorreu de maneira mais alinhada aos movimentos sociais, tendo, em muitos casos, surgido deles próprios como uma ferramenta legítima para fazer chegar recursos às organizações locais. Já o segundo ciclo, mais recente, caracteriza-se pela criação de fundos de forma verticalizada, frequentemente por incentivo de financiadores, em uma perspectiva mais pragmática de otimizar recursos e operações.⁶⁰

De acordo com o mapeamento da Rede Comuá (2023), as organizações doadoras independentes criadas entre 2000 e 2010 mencionam ter sido “criadas por ativistas oriundas/os dos movimentos sociais, com um conhecimento sólido sobre o campo, de suas necessidades e demandas, e com capacidade de articulação em redes nacionais e internacionais” (p. 30). Essa questão merece maior aprofundamento, a partir de novas pesquisas que permitam reconstruir, de maneira detalhada, a trajetória de criação dos fundos.

De todo modo, algo que aparece como amplo consenso entre as entrevistadas é que a legitimidade de um fundo está fortemente conectada ao seu grau de vinculação com organizações locais e movimentos. Nesse sentido, a perspectiva de criação de um fundo feminista no Nordeste, a partir da iniciativa de organizações e redes do próprio movimento feminista da região, com diferentes perfis, foi um aspecto valorizado em várias entrevistas, inclusive como um diferencial em relação a outras iniciativas correlatas.

Mais especificamente, com relação ao aumento no número de fundos feministas e de mulheres, um fator impulsionador identificado pelas entrevistadas foi o pro-

⁶⁰ A criação de fundos territoriais e temáticos nos últimos anos, em especial aqueles vinculados a povos indígenas e comunidades tradicionais, não parece obedecer a essa lógica.

cesso de incorporação da perspectiva de gênero, a partir da década de 1990, que influenciou fortemente a agenda dos financiadores.

Apesar do entusiasmo com os benefícios trazidos pelos fundos para o "ecossistema feminista", em várias entrevistas realizadas — principalmente com representantes de fundos feministas/de mulheres e de redes de fundos — foi apontada grande preocupação com a sustentabilidade no médio e longo prazo. Há temores de competição por recursos já escassos, e algumas entrevistadas acreditam que o momento indica maior probabilidade de redução nos recursos disponíveis. Alguns dados apresentados anteriormente neste estudo confirmam essas preocupações, a exemplo da redução na média anual de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para apoio a organizações, movimentos e instituições governamentais de direitos das mulheres.

Um dos maiores desafios para a sustentabilidade dos fundos feministas, tanto nacionais quanto globais, é a dificuldade em gerar recursos próprios, como por meio de um fundo patrimonial ou *endowment* — isto é, um fundo permanente, que tem como objetivo assegurar a sustentabilidade da organização no longo prazo, pois o capital principal permanece investido e apenas seus rendimentos são utilizados para financiar as atividades. Segundo um estudo do Black Feminist Fund, atualmente não há fundos feministas negros com *endowments* (doações) que assegurem sua viabilidade no longo prazo, apesar de ser uma meta para vários dos fundos entrevistados. No período de realização deste estudo, por exemplo, acompanhamos notícias preocupantes nesse sentido, como a perda significativa de recursos do Fundo FRIDA, que levou a uma profunda reestruturação organizacional, incluindo drástica redução da equipe.

A seguir, discutimos outros pontos relevantes para a avaliação da sustentabilidade de um fundo feminista no Nordeste brasileiro.

O crescimento da extrema-direita no Brasil e no mundo, inclusive em alguns países com políticas de cooperação internacional de tendência mais progressista, como os Países Baixos, poderá impactar a disponibilidade de recursos para a agenda de justiça de gênero nos próximos anos. Por outro lado, a centralidade das questões de gênero nos discursos e ataques da extrema-direita contribuiu para uma maior visibilidade e valorização da agenda de justiça de gênero por parte de grandes doadores, que passaram a compreendê-la como elemento fundamental para a defesa da democracia e dos direitos humanos.

Algumas reflexões apontam para o fato de que o feminismo ganhou espaço nas agendas dos doadores. Uma das entrevistadas afirmou que o olhar sobre gênero

era inexistente há 15 anos no campo da filantropia. Passou, lentamente, a ser compreendido, havendo até mesmo a incorporação de uma perspectiva feminista. No caso do Brasil, o trabalho de mais de duas décadas do Fundo Elas+ foi destacado como fundamental para esses desdobramentos. Outra entrevistada considera que houve ampliação do número de financiadores para as agendas de justiça de gênero e racial no Brasil e identifica o processo de construção da primeira Marcha de Mulheres Negras⁶¹, em 2015, como um marco para a ampliação do diálogo das organizações de mulheres negras com financiadores, inclusive com organizações do Nordeste.

No entanto, observa-se que, nos últimos anos, os doadores têm voltado sua atenção para questões específicas que nem sempre refletem a percepção das organizações locais sobre suas prioridades, como é o caso da agenda das mudanças climáticas. De fato, a pauta ambiental e climática tem recebido maior atenção, com consequente concentração de recursos de grandes doadores. No caso do Brasil, destacam-se os biomas Amazônia e, secundariamente, o Cerrado, com pouca atenção a outros biomas presentes no Nordeste.

Por parte dos fundos, tem havido um esforço de visibilidade e articulação entre as agendas de justiça de gênero, racial e ambiental/climática para incidência junto a doadores, refletido, por exemplo, nas já mencionadas pesquisas recentes realizadas pelo Elas+ e Rede Comuá⁶², bem como no estudo realizado conjuntamente pelo Global Greengrants Fund, Prospera, Human Rights Funders Network e GAGGA⁶³.

Já nas entrevistas realizadas para o presente estudo, surgiu a percepção de que o vínculo entre as agendas é bastante orgânico, uma vez que as mulheres estão entre os principais sujeitos das lutas socioambientais nos territórios, além de serem as mais impactadas pelas mudanças climáticas. Porém, isso não significa que não haja muito trabalho a ser feito no sentido de articular essas agendas, tanto no nível das comunidades quanto na percepção de grandes doadores.

Outro elemento a ser observado com atenção é o desequilíbrio de acesso das organizações aos doadores do campo filantrópico. Organizações criadas recentemente, com novas configurações — tais como iniciativas e campanhas — e focos temáticos específicos acabam capturando a atenção dos doadores. Uma das razões para isso seria a maior desenvoltura desse tipo de organização em relação à linguagem da filantropia, manejando conceitos familiares ao campo, como ino-

⁶¹ Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, realizada em novembro de 2015 em Brasília.

⁶² Justiça Climática e Ativismos Feministas: Impactos e Soluções (Elas+ e Rede Comuá, 2024).

⁶³ Seeds for harvest: Funding gender, climate, and environmental justice. Global Greengrants Fund, Prospera International Network of Women's Funds (Prospera), Human Rights Funders Network (HRFN), and the Global Alliance for Green and Gender Action (GAGGA), 2024.

vação, criatividade, empreendedorismo, negócios de impacto social, desenvolvimento institucional⁶⁴, entre outros.

Há também organizações que apresentam teorias de mudança que apenas tangenciam as complexidades dos problemas sociais e do campo político dos movimentos populares. As desigualdades em termos de presença digital são apontadas como um fator que desfavorece organizações vinculadas aos movimentos sociais em relação a outros tipos de organização. É importante observar, ainda, que várias dessas organizações não têm vínculos históricos ou orgânicos com os movimentos de mulheres engajados há décadas na sustentação das lutas por direitos e na defesa da democracia no Brasil.

Esse tipo de organização tem surgido com maior frequência no Sudeste, contribuindo para aumentar a disparidade regional na distribuição dos recursos. Algumas organizações de mulheres do Nordeste conseguem "furar o bloqueio" e crescer, mas em número muito insuficiente para atender às necessidades da região, tornando essas organizações sobrecarregadas com um conjunto muito grande de tarefas. Assim, é necessário um volume maior de recursos, com abertura para utilização a partir das realidades locais.

No estudo realizado pelo Equality Fund (2024), observa-se que, embora os fundos feministas venham assumindo papel crescente no âmbito dos movimentos feministas e no cenário de financiamento de direitos humanos, o contexto em que se desenvolvem é de contínua falta de financiamento para os movimentos de base que atuam na agenda de justiça de gênero. Isso é agravado pela reação contrária à justiça de gênero em escala global, com o financiamento muitas vezes direcionado para organizações que atuam contra os direitos das mulheres e LGBTQIAPN+, em prol de agendas fundamentalistas e ultraconservadoras.

Como foi dito por uma das entrevistadas, há um problema de "encaixe" entre as prioridades da filantropia e as prioridades das organizações de mulheres. Enquanto os doadores operam na lógica de projetos, com preferência por trabalhos mais concretos, visando resultados e impactos quantitativos, as estratégias de mobilização social e de incidência política são negligenciadas. No caso da agenda de

⁶⁴ Em uma das entrevistas, foi ressaltado que a ideia de desenvolvimento institucional (DI) vem sendo crescentemente definida no campo da filantropia em termos específicos, que atendem muito mais às expectativas de doadores do que as necessidades e experiências das organizações e movimentos (por exemplo, confiabilidade das organizações, definição de um limite de 10% de overhead (custos administrativos e operacionais indiretos, como despesas de manutenção de escritório, assessoria jurídica, serviços de contabilidade etc), estabelecimento de setor de mobilização de recursos, realização de auditorias anuais etc). Com isso, haveria uma despolitização do debate sobre DI e negligência a questões muito importantes do ponto de vista dos movimentos. Outro "modismo" com efeitos negativos é a exigência de novas metodologias de mensuração de impacto, que embora abarque aspectos interessantes, acabou por colocar as organizações sob pressão. Afinal, a adoção de abordagens experimentais e formulação de indicadores sofisticados são processos caros, nos quais os doadores não estão com disposição para investir adequadamente, além de desconsiderar outras práticas de avaliação já adotadas pelas organizações.

justiça racial, a pauta quilombola também alcançou maior valorização junto a doadores, porém com foco quase sempre restrito ao problema da titulação dos territórios. Outros aspectos que demandam maior atenção dos doadores são: a violência policial contra a população negra; as agressões contra indígenas e quilombolas, particularmente mulheres, em contexto de conflitos territoriais e socioambientais; e a exposição das mulheres negras periféricas à frente de organizações, diante do domínio exercido pelo narcotráfico e pelas milícias em suas comunidades.

Conflitos geopolíticos de grande importância para países doadores também impactam a disponibilidade de recursos, pois quase sempre implicam cortes em políticas de desenvolvimento e maior investimento em segurança nacional, além do redirecionamento de recursos para ajuda humanitária.

Os fundos de mulheres já consolidados enfatizaram a importância da aprendizagem possibilitada pelo tempo de atuação de cada um deles. Também ressaltaram o acúmulo de conhecimento coletivo sobre metodologias participativas de gestão e tomada de decisões sobre o apoio, estratégias conjuntas de mobilização de recursos e incidência na agenda de financiadores, a partir das trocas realizadas no âmbito das redes de fundos e de outras parcerias. Nesse sentido, levantaram questionamentos interessantes sobre a necessidade e oportunidade da criação de novas estruturas, propondo ampliar o olhar para outras possibilidades, como a criação de novos mecanismos em parceria com fundos já existentes e suas estruturas.

Além da compreensível apreensão com a presença de outros atores competindo por recursos, também foi expressa a preocupação de que novos fundos, principalmente os de menor porte, não consigam se sustentar, colocando em risco a credibilidade do movimento de fundos independentes como um todo. Chamou atenção, ainda, o fato de que o crescimento nos orçamentos dos fundos parece ter alcançado um limite, e avaliou-se que a tendência é de redução do financiamento.

Para lidar com as dificuldades de captação de recursos, fundos menores têm criado estratégias, como a formação de redes próprias, com mecanismos de governança próprios, sendo uma das redes responsável legal pela gestão dos recursos.

Embora a perspectiva de criação de um Fundo Feminista no Nordeste tenha sido recebida de maneiras bastante diversas pelas entrevistadas, um elemento comum às análises foi a percepção de que a volatilidade de grandes doadores em relação às suas estratégias e prioridades temáticas pode comprometer a sustentabilidade dos fundos, especialmente dos novos. Não é raro que grandes doadores redirecionem suas estratégias em curto espaço de tempo ou passem a priorizar novos temas, reagindo à conjuntura. Um exemplo mencionado em várias entrevistas foi a

questão racial, que recebeu maior atenção e recursos a partir de 2020, na esteira da força demonstrada pelo movimento Black Lives Matter, mas que já apresenta queda acentuada de investimentos.

Esse fator, juntamente com outras práticas comuns no campo filantrópico — como contratos de curto prazo — compromete não só a continuidade da existência de fundos, mas também a capacidade de responder às reais necessidades das organizações e movimentos, incluindo apoio por períodos mais longos e com flexibilidade no uso dos recursos. Pelo menos dois dos fundos entrevistados têm entre suas práticas o apoio por períodos mais longos, de cinco a oito anos, o que pode ser considerado ousado, considerando que contratos de cooperação com doadores geralmente não ultrapassam três anos de duração.

PERSPECTIVAS PARA CRIAÇÃO DE UM FUNDO FEMINISTA NO NORDESTE

Representantes de fundos com enfoques temáticos distintos, bem como pessoas de referência na área de fundos de apoio a organizações, receberam a possibilidade de criação de um fundo feminista no Nordeste com otimismo. Houve manifestações de alegria e esperança de que um fundo desse tipo possa ampliar o volume de recursos destinados às organizações da região, historicamente negligenciada. A iniciativa também foi celebrada por envolver, desde sua origem e concepção, organizações reconhecidas no campo dos movimentos de mulheres em níveis regional e nacional. Esse é um diferencial valorizado em comparação com fundos criados por iniciativa de financiadores internacionais.

Essas pessoas consideraram o viés feminista de um futuro fundo no Nordeste como necessário e oportuno. Para uma das entrevistadas, os fundos de caráter socioambiental e econômico são fundamentais, mas o fortalecimento da democracia é pré-condição para que possam alcançar seus objetivos. Nesse sentido, um fundo feminista teria o papel de pautar questões essenciais para a defesa e o fortalecimento da democracia e dos direitos em sentido amplo. A entrevistada destacou ainda a capacidade já demonstrada pelo movimento feminista de abordar, com profundidade, temas como participação das mulheres na política, previdência social, orçamento público, direitos sexuais e reprodutivos, além da violência contra as mulheres. Ponderou também que um fundo feminista no Nordeste aportaria novos elementos aos fundos já existentes e poderia contribuir para a transversalização

das questões de gênero e raça no trabalho de outros fundos, inclusive por meio de iniciativas conjuntas, como o lançamento de editais envolvendo várias organizações da região.

Outro ponto bastante enfatizado foi a perspectiva de contribuição de um fundo nordestino como caminho para uma partilha mais equitativa de poder entre as regiões do Brasil, refletindo de forma mais fiel a configuração atual do movimento feminista brasileiro. Para as entrevistadas, a localização de um fundo na região Nordeste vai além de uma questão geográfica: um fundo estaria inevitavelmente impregnado pelas dinâmicas do território onde se insere. O conhecimento das dinâmicas políticas, das relações entre as organizações em cada um dos nove estados nordestinos e das realidades locais — culturais, ambientais e de acesso à infraestrutura, por exemplo — também foi citado como um aspecto de grande relevância.

Um aspecto considerado na análise positiva sobre a possibilidade de criação de um fundo feminista no Nordeste é a grande concentração de fundos no Sudeste, ainda que esses canalizem volumes significativos de recursos também para o Nordeste ou para a Amazônia.⁶⁵ De acordo com o mapeamento da Rede Comuá (2023), 58% das organizações doadoras independentes estão no Sudeste, seguidas das regiões Norte (23%), Nordeste (13%) e Centro-Oeste e Sul (3% cada). Além disso, os fundos com orçamentos anuais maiores (de R\$ 5 milhões a R\$ 25 milhões) estão situados no Sudeste (62%), e nenhum no Norte, apesar de esta ser a segunda região com mais organizações mapeadas.

A única organização doadora com orçamento superior a R\$ 25 milhões também está localizada no Sudeste. Como apontou uma das entrevistadas, outros tipos de organização que movimentam volumes maiores de recursos também estão no Sudeste e atuam com pautas amplas de direitos humanos. Mesmo os recursos destinados à Amazônia muitas vezes passam por organizações do Sudeste.

O momento para criação de um fundo feminista no Nordeste também foi considerado oportuno por várias entrevistadas, tanto do ponto de vista da importância e necessidade das organizações do movimento de mulheres no Nordeste quanto na perspectiva de oportunidades de financiamento, com alguns doadores demonstrando interesse em investir na estratégia de apoio a fundos locais nos próximos anos. Uma das entrevistadas lembrou que ainda existem “pontos fora da curva” a serem

⁶⁵ Algumas das organizações entrevistadas, de atuação global, admitem que há maior concentração de recursos em organizações do Sudeste ou Brasília, seja pela natureza da ação (incidência política, exigindo proximidade dos centros de poder) ou pelas limitações de conhecimento dos comitês de decisão sobre os apoios a respeito de cada contexto nacional e as dinâmicas mais finas dos movimentos em cada país.

considerados no campo da filantropia, como Melinda Gates e Mackenzie Scott⁶⁶, que demonstram disposição para apoiar organizações e fundos de mulheres.

De modo geral, há um reconhecimento da importância das organizações de mulheres do Nordeste no âmbito do movimento feminista, de mulheres e de mulheres negras em nível nacional, por expressarem pluralidade de sujeitos e agendas representativas das lutas das mulheres na América Latina, abrangendo temas como defesa de territórios tradicionais, questões ambientais e climáticas, combate ao racismo, violência transfóbica, violência de gênero de modo geral e enfrentamento ao crime organizado. Esse é mais um fator favorável à criação de um fundo feminista na região.

No entanto, é importante destacar que representantes de fundos de mulheres demonstraram preocupações quanto à perspectiva de criação de um fundo feminista no Nordeste, chamando a atenção para pontos já mencionados na seção anterior. Uma das entrevistadas chegou a propor que, caso seja criado um fundo no Nordeste, ele tenha como estratégia central a mobilização de recursos junto a doadoras individuais (feministas da própria região). Para ela, isso conferiria legitimidade e maiores chances de sustentabilidade ao fundo, gerando “recursos novos”, em vez de entrar em competição com os fundos já existentes pelos mesmos recursos.⁶⁷

Outra entrevistada manifestou incômodo com o enfoque feminista para um fundo a ser criado, por considerar que esse enfoque já está contemplado por outros fundos no Brasil. O recorte regional também suscitou questionamentos, pois a proposta de criação de um fundo no Nordeste poderia ser vista como crítica à distribuição de recursos dos fundos já existentes, como se estes não alcançassem de maneira significativa a região. Uma das entrevistadas acredita que o termo “feminismo” não deveria ser utilizado no nome do fundo, por nem sempre refletir as perspectivas de grupos de mulheres periféricas, que seriam destinatárias centrais desse fundo.

Em algumas das entrevistas, foram apontadas possibilidades de ampliação do financiamento a organizações de mulheres e às pautas da agenda de justiça de gênero e raça a partir de algumas chaves:

- Reforço à associação entre justiça de gênero e raça e a agenda democrática e de direitos humanos, demonstrando a necessidade de “recapilarização desta agenda”. Isso envolveria o fortalecimento de esforços de mobilização local nas comunidades de favela e territórios tradicionais, por exemplo, de modo a pro-

⁶⁶ Filantropas dos Estados Unidos cujas fortunas foram construídas a partir de seus vínculos com grandes empresas do setor da tecnologia (Microsoft e Amazon), e que têm feito doações significativas para causas consideradas progressistas e de justiça social, incluindo a agenda de promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento de organizações lideradas por mulheres.

⁶⁷ Por outro lado, algumas entrevistadas manifestaram ceticismo em relação à mobilização de um volume significativo de recursos através de doações individuais.

duzir impacto no debate público a partir dos contextos locais, como contrapondo a outras forças cada vez mais enraizadas nesses territórios, tais como igrejas neopentecostais fundamentalistas, facções e milícias.⁶⁸

- Adoção de abordagens interseccionais, atentando para os vários eixos de organização e sujeitos coletivos mobilizados: nesse sentido, os movimentos de mulheres do Brasil são reconhecidos por seu diferencial nos debates sobre a imbricação das dimensões de gênero e raça, pela força dos movimentos de mulheres negras e de mulheres LBTs, além do crescimento significativo na organização e visibilidade pública das mulheres indígenas nos últimos anos (embora com menor expressão no Nordeste em relação à Amazônia). Há margem para explorar as conexões entre gênero, raça e direito à cidade, levando em conta um novo repertório construído por experiências em comunidades de favela, majoritariamente por mulheres negras que já incorporaram parte do ideário feminista, ainda que não tenham vinculação com organizações e movimentos feministas; gênero, raça e justiça socioambiental, em uma perspectiva nordestina; gênero, raça e trabalho, a partir de categorias de trabalhadoras precarizadas em setores de maioria feminina; gênero, raça e violência contra militantes/defensoras de direitos humanos.
- Apropriação, por parte das organizações do território, das prioridades definidas por grandes doadores, como as mudanças climáticas. Associada a esse ponto, foi destacada a importância de dar visibilidade às potenciais contribuições do Nordeste para temas prioritários na agenda da cooperação e da filantropia, como os saberes acumulados sobre convivência com o semiárido, agroecologia e segurança e soberania alimentar, e sua relevância para o enfrentamento às mudanças climáticas.⁶⁹
- O crescimento do movimento de mulheres indígenas em nível nacional nos últimos anos também é um elemento a ser considerado por um fundo feminista no Nordeste.
- Demonstração da importância da existência de organizações mais estruturadas no movimento de mulheres do Nordeste, com capacidade de acolher as provocações dos coletivos nos territórios, realizar processos de fortalecimento e de formação, e garantir infraestrutura organizativa para a região. Isso incluiria tanto organizações com atuação histórica na região quanto novas organizações com vínculos consistentes com o campo dos movimentos feministas e que tenham como horizonte esse tipo de estruturação.

⁶⁸ Esse ponto também foi tratado na 1ª parte deste estudo.

⁶⁹ Nesse sentido, vale a pena ler o artigo publicado na Folha de São Paulo intitulado *Sertão Nordestino pode ensinar a Amazônia a lidar com a seca*. Acesso pelo link: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/10/sertao-nordestino-pode-ensinar-amazonia-a-lidar-com-a-seca-diz-pesquisador.shtml>. Conhecimentos sobre as interfaces entre questões climáticas e gênero no Nordeste também vêm sendo gerados. Um exemplo é o relatório *Semiárido em perspectiva de Gênero: violências sexuais contra meninas e adolescentes e os efeitos dos períodos prolongados de seca*, publicado Iyaleta – Pesquisa, Ciências e Humanidade.

COMENTÁRIOS FINAIS

O presente estudo evidenciou a complexidade e a força do movimento feminista no Nordeste brasileiro, marcado por sua diversidade, capilaridade territorial e relevância histórica na luta por direitos humanos. No entanto, persistem desafios estruturais que dificultam a sustentabilidade das ações desenvolvidas, especialmente entre organizações de pequeno e médio porte, frequentemente lideradas por mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Essas mulheres, responsáveis por atividades fundamentais como mobilização comunitária, articulação institucional, comunicação, incidência política e organização cotidiana, realizam um trabalho organizativo invisibilizado, que precisa ser reconhecido e adequadamente compensado nos modelos de financiamento.

Neste contexto, o financiamento feminista emerge como um instrumento estratégico para o fortalecimento do campo e para a promoção de justiça social, de gênero e de raça. Um eventual Fundo Feminista do Nordeste poderia representar um importante avanço, desde que sua concepção e implementação estejam alinhadas com as especificidades regionais, respeitando as dinâmicas locais, valorizando a pluralidade de vozes e evitando a reprodução de desigualdades internas no movimento.

É imprescindível que tal fundo seja concebido como parte de um ecossistema mais amplo de organizações e atores políticos, e que sua atuação promova complementaridade e cooperação, e não competição ou sobreposição. O diálogo contínuo com fundos já existentes no Brasil, a escuta ativa das organizações locais e o fortalecimento de práticas colaborativas serão elementos centrais para mitigar tensões e ampliar o alcance de sua atuação. Especial atenção deve ser dada às organizações de médio porte, cuja função articuladora e capacidade de construção de pontes entre escalas locais, regionais e nacionais são estratégicas para a coesão e continuidade do movimento feminista.

Além disso, a estrutura de governança do fundo deverá refletir os princípios de equidade, transparência e participação democrática, assegurando a partilha de poder e a representatividade das diversas vertentes do campo feminista regional. Os fundos, por sua natureza, não devem substituir os movimentos, mas atuar como instrumentos de fortalecimento e sustentação de suas agendas políticas.

Diante do atual cenário de retração de direitos, avanço de forças conservadoras e intensificação das desigualdades, a criação de um fundo feminista regional poderá constituir uma resposta política relevante, desde que comprometida com a

transformação estrutural e com o respeito à autonomia dos sujeitos coletivos que compõem o movimento feminista no Nordeste. A experiência acumulada, a escuta qualificada e o compromisso ético e político com a justiça de gênero, raça e social devem orientar cada etapa deste processo.

ANEXOS

ANEXO I: ROTEIRO DE REFERÊNCIA PARA ENTREVISTAS – FUNDOS

ATENÇÃO: Serão selecionadas deste roteiro as questões relevantes em relação ao perfil de cada pessoa/organização entrevistada.

1. Que elementos do contexto internacional e nacional você destacaria como principais oportunidades e desafios aos direitos das mulheres?
2. Como você percebe o lugar dos movimentos e organizações de mulheres/feministas na agenda da cooperação internacional e filantropia? Na sua compreensão, o que poderia ser feito para que esse espaço seja ampliado?
3. Complementarmente: Como você percebe o equilíbrio de financiamento a organizações e movimentos das diferentes regiões do Brasil?
4. Na sua percepção, que fatores explicam o crescimento do número de fundos temáticos, setoriais e outros, nos últimos anos, no Brasil e no mundo? Como você percebe essa tendência?
5. Na sua opinião, há demanda e condições favoráveis para criação de um fundo para financiamento de organizações de mulheres/feministas no Nordeste brasileiro?
6. Que vantagens e desvantagens você percebe na criação de fundos a partir do esforço de organizações vinculadas ao movimento social?
7. A partir da sua experiência, quais os principais desafios e riscos envolvidos na operacionalização de um fundo de apoio a pequenos projetos?

ANEXO II: ROTEIRO DE REFERÊNCIA PARA ENTREVISTAS – MOVIMENTOS

ATENÇÃO: Serão selecionadas neste roteiro as questões relevantes em relação ao perfil de cada pessoa/organização entrevistada.

Questões Gerais

1. Qual ano de fundação da sua organização e/ou movimento?
2. Qual área de atuação da sua organização e/ou movimento? (múltipla escolha)
3. Sua organização e/ou movimento é formalizada? Tem CNPJ?
4. Sua organização e/ou movimento tem uma equipe de gestão de projetos e de recursos?
5. Como a sua organização e/ou movimento se estrutura para acessar recursos financeiros?
6. Que tipo de financiamento/apoio sua organização e/ou movimento tem conseguido ao longo dos anos (flexível, apoio apenas para realizar atividades etc.)?
7. Qual tem sido o tempo de duração média dos apoios/financiamentos? E o montante médio de recurso ano?
8. Qual a principal dificuldade que enfrenta a sua organização e/ou movimento para acessar a recursos?
9. Quais são as principais dificuldades da sua organização e/ou movimento na gestão dos recursos e projetos (apresentação de relatórios e prestação de contas)?
10. Que recurso é mais fácil para sua organização acessar: para atuar no campo das políticas públicas? Para realizar ações humanitárias e/ou de solidariedade e/ou de mitigação dos impactos negativos das políticas do Estado e/ou do capital? Para atuar no âmbito da sociedade civil mais difusa?

Questões de Contexto

1. Que elementos do contexto local e regional você destacaria como principais oportunidades e desafios aos direitos das mulheres?
2. Você percebe o equilíbrio de financiamento a organizações e movimento das diferentes regiões do Brasil?

Questões sobre tendências da cooperação

1. Diante da tendência da cooperação apoiar preferencialmente **projetos consorciados**, quais os desafios e potencialidades dessa modalidade de parceria entre organizações e movimentos sociais?
2. Diante da tendência crescente de **organizações prestadoras de serviços** intermediarem uma relação que antes era direta entre as organizações/movimentos sociais apoiados e as cooperantes, que questões esse tipo de relação traz para as apoiadas?
3. Quais as consequências para sua organização e/ou movimento social da diminuição e/ou **ausência dos apoios institucionais**, bem como do não financiamento de despesas com recursos humanos nos projetos de financiamento?
4. Qual o impacto para sua organização e/ou movimento social da tendência atual da cooperação de **democratizar os financiamentos**, direcionando pequenos recursos com prazos mais curtos para um número maior e diverso de coletivos? Qual o impacto para esses coletivos e para o campo feminista mais amplo?

Questões sobre Fundo

1. Na sua opinião, há demanda e condições favoráveis para criação de um fundo para financiamento de organizações e movimentos de mulheres/feministas no Nordeste brasileiro?

ANEXO III: LISTA DE FUNDOS E REDES DE FUNDOS

FUNDOS	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
1. Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) – Fundo Quilombola	Território de Cachoeira Porteira, Alto Trombetas I, Alto Trombetas II, Boa Vista, Área Trombetas, Água Fria, Erepecuru e Ariramba
2. Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (APAN) – Fundo de Amparo a Profissionais do Audiovisual Negro (FAPAN)	Nacional
3. Associação Endowment Sempre FEA	São Paulo
4. Associação Nossa Cidade – Fundo Regenerativo Brumadinho	Brumadinho e Paraopeba
5. Astraea - Lesbian Foundation for Justice	Global
6. Ayni - The Indigenous Women's Fund	Global
7. Baobá – Fundo para Equidade Racial	Nacional
8. Black Feminist Fund	Global
9. BrazilFoundation	Nacional
10. Casa Fluminense	Região metropolitana do Rio de Janeiro
11. Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)	Nacional
12. ELAS+ Doar para Transformar	Nacional
13. Equality Fund	Global
14. Federação das Fundações e Associações do Espírito Santo (FUNDAES) – Fundo de Investimento Comunitário Capixaba (FIC)	Espírito Santo
15. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN)	São Gabriel da Cachoeira/AM
16. Federação de Órgãos para Assistência Social e EDUCACIONAL (FASE) – FUNDO DEMA	Amazônia
17. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – Fundo SAAP	Nacional
18. Fondo Acción Urgente América Latina Y El Caribe	América Latina e Caribe
19. Fondo De Mujeres Del Sur (Programa regional: Liderando desde el Sur)	Argentina, Uruguai e Paraguai. *21 países da América Latina e Caribe.

FUNDOS	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
20. FRIDA - The Young Feminist Fund	Global
21. Fundação Luterana de Diaconia	Nacional
22. Fundo Agbara	Nacional
23. Fundo Autônomo de Mulheres da Amazônia Luzia Dorothy do Espírito Santo	Baixo Amazonas
24. Fundo Babaçu	Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins
25. Fundo Brasil de Direitos Humanos	Nacional
26. Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA)	Nacional
27. Fundo Casa Socioambiental	América Do Sul
28. Fundo Ibase para Favelas e Periferias	Nacional
29. Fundo Iratapuru	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDSI)
30. Fundo Jaguatá/ Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	Nacional
31. Fundo Malala	Global
32. Fundo Positivo	Nacional
33. Fundo Puxirim/Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)	Amazônia Brasileira
34. Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba	Barcarena e Abaetetuba/Pará
35. Fundo Quilombola Mizizi Dudu	Pará
36. Global Fund for Women	Global
37. Global Greengrants Fund	Global
38. Instituto Clima e Sociedade (ICS)	Nacional
39. Instituto Comunitário Baixada Maranhense	Baixada Maranhense
40. Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM)	Grande Florianópolis
41. Instituto Juruti Sustentável (IJUS) – Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS)	Juruti/PA
42. Instituto Procomum	Baixada Santista, Santos/SP
43. Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN)	Amazônia, Cerrado, Caatinga
44. Mama Cash	Global
45. Manauara Associação Comunitária	Manaus/AM
46. Podáali – Fundo Indígena da Amazônia Brasileira	Amazônia Brasileira
47. Redes da Maré	Favelas da Maré/RJ

REDES DE FUNDOS	ABRANGÊNCIA
48. Silo – Arte e Latitude Rural	Área de Proteção Ambiental da Serrinha do Alambari (Serra da Mantiqueira)
49. Tabôa Fortalecimento Comunitário	Sul da Bahia
50. VidaAfrolatina	América Latina
51. Women Win	Global
52. Alianza para los Movimientos Feministas	Global (multi-atores)
53. Global Alliance for Green and Gender Action (GAGGA)	Global
54. Prospera - International Network of Women's Funds	Global
55. Rede Comuá	Nacional
56. Rede de Fundos Comunitários da Amazônia	Amazônia Brasileira

ANEXO IV: LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS – FUNDOS

	NOME	ORGANIZAÇÃO	DATA
1.	Mara Vanessa Dutra	Consultora independente/ assessorou a criação do Fundo Podáali	24/07/24
2.	Taciana Gouveia	SAAP/FASE	25/07/24
3.	Nina Madsen	Open Society Foundations	26/07/24
4.	Sandra Regina Monteiro	Fundo Babaçu (Coordenadora de projetos do MIQCB; ex-secretária executiva)	31/07/24*
5.	Viviane Vergueiro-Simakawa	Fundo Internacional Trans (International Trans Fund)	01/08/24
6.	Sheila Tanaka	Fondo de Acción Urgente – América Latina e Caribe	02/08/24*

	NOME	ORGANIZAÇÃO	DATA
7.	Amália Fischer	Fundo Elas+	06/08/24*
8.	Júlia Mota	Fundo Agbara	07/08/24
9.	Jonathas Azevedo	Rede Comuá	07/08/24
10.	Nilce Cardoso Luciene Figueiredo	Fundo Babaçu (Secretária Executiva) Fundo Babaçu (Assessora na Secretaria Executiva)	09/08/24
11.	Ana Gualberto	Koinonia (parceria com FAU para repasse de recursos para organizações apoiadas)	09/08/24
12.	Valeria Paye	Fundo Podáali	12/08/24
13.	Virginia Bolatti	Fondo de Mujeres del Sur (membro da direção colegiada/ coordenação institucional)	14/08/24
14.	Denise Hirao	Prospera International Network of Women's Funds	15/08/24
15.	Maria Clara Araújo Timiebi Souza	Black Feminist Fund	02/10/24
16.	Rosana Fernandes	Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)	09/10/24
17.	Carolina Tamagnini	Fòs Feminista	10/10/24
18.	Dimas Galvão	Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)	11/11/24

ANEXO V: LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS - MOVIMENTOS

	ORGANIZAÇÃO	NOME
1	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)	Elisa Anibal
2	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)	Gabriele Pankararu
3	Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras (ANP)	Elionice Sacramento
4	Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)	Bruna Benevides
5	Casa da Mulher do Nordeste	Itanaci de Oliveira
6	Casa Suely Rodrigues	Maria Lúcia
7	Coletivo Desabrochar	Vanessa Serena
8	Coletivo Motim	Telma Gurgel
9	Coletivo Mulher Vida	Dolores Fastoso Vânia Maria Rodrigues
10	Comunidade Quilombola Cajá dos Negros	Ivaniza Leite
11	Cunhã Feminista	Marina Maia
12	Fórum de Mulheres de Imperatriz	Conceição Amorim
13	Fórum de Mulheres de Pernambuco	Daniele Braz
14	Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI)	Goreti Gomes
15	Grupo Curumim Gestaçao e Parto	Sueli Valongueiro
16	Grupretas	Cleide Resende
17	Instituto Jarede Viana	Ana Pereira
18	Marcha Mundial das Mulheres - MMM	Adriana Vieira
19	Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão (MBMC)	Denise Santos
20	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Maria Rita dos Santos
21	Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM)	Cristina Costa
22	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Rosa Marques Piedade Marques
23	Rede Nacional de Feminista Antiproibicionista (RENFA)	Ingrid Farias Priscila Gadelha
24	Rede Nacional de Matrizes Africanas	Lígia Borges
25	SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia	Rivane Arantes Fabiana Alencar
26	Tambores de Safo	Deyse Mara

EXPEDIENTE

Estudo sobre a viabilidade de constituição de um Fundo Feminista no Nordeste do Brasil é uma realização | 2025

Realização:

Articulação de Mulheres Brasileiras, Casa da Mulher do Nordeste, Coletivo Mulher Vida, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Grupo Curumim Gestação e Parto, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Rede Nacional de Feministas Anti-proibicionistas, e SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.

Apoio:

Equality Fund

Pesquisa e textos:

Masra de Abreu e Viviane Hermida

Revisão Política:

Daniele Braz, Dolores Fastoso, Elisa Anibal, Fabiana Alencar, Graciete Santos, Itanacy Oliveira, Piedade Marques, Priscilla Gadelha, Rivane Arantes, Rosa Marques e Sueli Valongueiro.

Concepção visual:

Angola Comunicação

Ilustrações, projeto gráfico e diagramação:

Carol Barreto/Angola Comunicação

Acompanhamento:

Catarina de Angola/Angola Comunicação

Revisão ortográfica:

Ana Paula Mendes Duarte



